

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: UM  
ESTUDO DE CASO SOBRE AS COOPERATIVAS LEITEIRAS DO  
NOROESTE FLUMINENSE**

**RENATA FARIA DOS SANTOS**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ  
MARÇO – 2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: UM  
ESTUDO DE CASO SOBRE AS COOPERATIVAS LEITEIRAS DO  
NOROESTE FLUMINENSE**

**RENATA FARIA DOS SANTOS**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciência e  
Tecnologia da Universidade Estadual do Norte  
Fluminense, como parte das exigências para  
obtenção de título de Mestre em Engenharia de  
Produção.

Orientador: Prof. Alcimar das Chagas Ribeiro, D.Sc

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ  
MARÇO – 2009

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS COOPERATIVAS LEITEIRAS DO NOROESTE FLUMINENSE**

**RENATA FARIA DOS SANTOS**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção de título de Mestre em Engenharia de Produção.

Aprovada em 05 de março de 2009.

Comissão Examinadora:

---

Prof. José Ramon de Arica, D.Sc. – UENF

---

Prof. Helder Gomes Costa D.Sc. – UFF

---

Prof. Paulo Marcelo de Souza, D.Sc. – UENF

---

Prof. Alcimar das Chagas Ribeiro, D.Sc. – UENF-Orientador

*"Para realizar grandes conquistas, devemos não apenas agir, mas também sonhar; não apenas planejar, mas também acreditar" (Anatole France).*

## **AGRADECIMENTOS**

A finalização de um objetivo é sempre uma vitória e o seu alcance é devido a pessoas muito importantes. Consciente de que as palavras não são suficientes para expressar tamanha gratidão, agradeço:

A Deus, pela minha vida e por ter me permitido chegar até aqui.

À minha querida mãe, que sempre esteve ao meu lado, apoiando-me, incentivando e demonstrando o verdadeiro sentido do profissionalismo, o qual sempre me serviu como inspiração.

Ao Professor Dr. Alcimar das Chagas Ribeiro, que me orientou sempre com paciência, carinho e dedicação e que, neste tão pouco tempo de convívio, no momento em que mais precisei, mostrou-se um grande amigo.

Ao professor José Ramom Arica, por sua contribuição para o desenvolvimento deste trabalho, com suas críticas e sugestões muito construtivas para a concretização deste estudo.

Aos gestores das cooperativas leiteiras do Noroeste Fluminense, agradeço pela confiança e apoio a mim dispensados, pois sem o seu auxílio, esta tese não existiria. Em especial, ao professor José Antônio Moreira Pinto, por sua ajuda indispensável, fundamental ao desenvolvimento da pesquisa de campo junto às cooperativas.

Agradeço ao Rodrigo, que está sempre me apoiando e torcendo para que eu alcance meus objetivos.

Enfim, minha eterna gratidão a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho!

## RESUMO

---

### **ECONOMIA SOLIDÁRIA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS COOPERATIVAS LEITEIRAS DO NOROESTE FLUMINENSE**

Este trabalho investiga os fundamentos teóricos da economia solidária que norteiam as cooperativas. Foi realizada uma pesquisa exploratória sobre o modo de operação das Cooperativas leiteiras da Região Noroeste Fluminense, visando investigar as coerências e incoerências entre o que é apresentado e o que é vivenciado no cotidiano dessas organizações. O objetivo é verificar em que medida essas organizações respondem aos princípios das cooperativas: adesão livre e voluntária; controle democrático e participação econômica dos sócios; independência e autonomia das cooperativas; educação, treinamento e formação do pessoal; integração entre as cooperativas e preocupação com os participantes e apresentar os principais resultados que estas oferecem à população envolvida. Os métodos utilizados para esta pesquisa caracterizam-se como um estudo de caso realizado mediante entrevistas com os dirigentes das cooperativas e os cooperados. O estudo permitiu concluir que se faz necessária uma maior aproximação entre os dirigentes das cooperativas e seus cooperados para que o movimento da Economia Solidária se torne prático e traga resultados positivos para a população envolvida.

Palavras-chave: Desigualdades sociais. Organização do trabalho. Economia Solidária. Cooperativas Leiteiras.

## ABSTRACT

---

### **SOLIDARY ECONOMY AND WORK ORGANIZATION: A CASE STUDY ABOUT THE DAIRY PRODUCTS COOPERATIVES OF THE NORTHWEST REGION OF RIO DE JANEIRO STATE**

This study investigates the theoretical basis underlying solidary economy that orientates cooperatives. The investigation was carried out by means of an exploratory research about the operation method adopted by the dairy products cooperatives from the Northwest Region of Rio de Janeiro State aiming at investigating the coherent and incoherent aspects between what is presented and what is experienced in the quotidian of those organizations. Therefore, the objective is to find out up to what extent such organizations act towards the principles of the cooperatives: free and voluntary adhesion; democratic control and the partners' economic participation; independence and autonomy of the cooperatives; education, training and the personnel's formation; integration among the cooperatives and concern with the participants, as well as to present the main results that such organizations offer to the involved population. The method used for this research is characterized as a case study by means of interviews with the cooperative leaders and cooperators. The study allowed to conclude that, indeed, it is necessary to promote a closer relation between the cooperative leaders and their cooperators so that the Solidary Economy movement may turn out to be practical and bring about positive results to the involved populati

Key Words: Social inequalities. Work Organization. Solidary Economy. Dairy Products Cooperatives.

## LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1: Relação do número de associados da Cooperativa Agropecuária de Itaocara, no ano de 2007.

Gráfico 2: Relação do volume de leite enviado à Cooperativa Agropecuária de Itaocara em 2007.

Gráfico 3: Relação de cooperativas que utilizam mão-de-obra terceirizada.

Gráfico 4: Relação de cooperativas que oferecem cursos de aperfeiçoamento.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Relação do número de cooperados.

Tabela 2: Relação dos principais clientes das cooperativas.

## LISTA DE ABREVIATURAS

- ABCRED — Associação brasileira de operadores e gestores de Programas e instituições de microcrédito
- ACI — Aliança Cooperativista Internacional
- ADS — Agência de Desenvolvimento Solidário
- ANTEAG — Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
- CNES — Conselho Nacional de Economia Solidária
- CNM — Confederação Nacional dos metalúrgicos
- CONTAG — Confederação Nacional dos trabalhadores na agricultura
- COPPE — Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia
- CPT — Comissão Pastoral da Terra
- CUT — Central Única dos Trabalhadores
- DIEESE — Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicos
- FERAESP— Federação dos empregados e Assalariados Rurais do estado de São Paulo
- MST — Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
- TEM — Ministério do Trabalho e Emprego
- OCB — Organização das Cooperativas Brasileiras
- OCERJ — Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro
- OIT — Organização Internacional do Trabalho
- ONU — Organização das Nações Unidas
- PAS — Programa de Boas Práticas
- SENAES — Secretaria Nacional de Economia Solidária
- SENAR — Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- SESCOOP — Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
- UFRJ — Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UNITRABALHO — Rede interuniversitária de estudos e pesquisas sobre trabalho

## SUMÁRIO

|  |      |
|--|------|
| <b>Lista de Figuras</b> .....  | vii  |
| <b>Lista de Tabelas</b> .....  | viii |
| <b>Lista de Abreviaturas</b> .....                                     | ix   |
| <br>   |      |
| <b>CAPÍTULO I-INTRODUÇÃO</b> .....                                     | 12   |
| 1.1 JUSTIFICATIVA .....  | 15   |
| 1.2 O PROBLEMA.....  | 16   |
| 1.3 OBJETIVOS .....  | 16   |
| 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....                                      | 17   |
| <br>   |      |
| <b>CAPÍTULO II- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> .....  | 18   |
| 2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA X TRABALHO .....                                | 18   |
| 2.1.1 O que é economia solidária?.....                                 | 18   |
| 2.1.2 As origens do pensamento sobre a economia solidária .....        | 20   |
| 2.1.3 A formação da economia solidária no Brasil .....                 | 23   |
| 2.1.4 O trabalho e sua importância para a economia solidária.....      | 25   |
| 2.1.5 Economia solidária e a cooperação nas relações de trabalho ..... | 27   |
| 2.1.6 O movimento da economia solidária .....                          | 27   |
| 2.1.7 Economia solidária no Brasil e o papel do estado.....            | 28   |
| 2.1.8 Experiências, críticas e desafios da economia solidária .....    | 31   |
| <br>   |      |
| <b>CAPÍTULO III- FUNDAM. TEÓRICA: AS SOCIEDADES COOPERATIVAS</b> ..... | 38   |
| 3.1 COOPERATIVISMO.....  | 38   |
| 3.2 EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO.....                                    | 40   |
| 3.2.1 No mundo.....  | 40   |
| 3.2.2 No Brasil.....   | 41   |
| 3.3 OS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO.....                               | 42   |
| 3.3.1 Princípio da gestão democrática .....                            | 43   |
| 3.3.2 Princípio da autonomia e da independência.....                   | 43   |
| 3.3.3 Princípio da participação econômica.....                         | 44   |
| 3.3.4 Princípio da adesão livre e voluntária.....                      | 44   |
| 3.3.5 Princípio do interesse pela comunidade.....                      | 44   |

|  |    |
|--|----|
| 3.3.6 Princípio da cooperação entre as cooperativas (intercooperação).....                 | 44 |
| 3.3.7 Princípio da educação, formação e informação .....                                   | 45 |
| 3.4. A LEGISLAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO BRASIL.....  | 45 |
| 3.5 TIPOS DE COOPERATIVAS .....  | 47 |
| 3.6 AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS .....  | 48 |
| 3.6.1 Tipos e principais problemas de gestão em sociedades cooperativas agropecuárias..... | 48 |
| 3.6.2 Principais vantagens das cooperativas agropecuárias.....                             | 51 |

**CAPÍTULO IV- UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS COOPERATIVAS DE LEITE DA REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE.....**

|   |    |
|---|----|
| 4.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....                                      | 53 |
| 4.2 DIMENSÕES TOMADAS COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE .....     | 54 |
| 4.3 A CONSTRUÇÃO DO QUESTIONÁRIO E DESCRIÇÃO DA PESQUISA DESENVOLVIDA ..... | 55 |
| 4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS .....                                    | 56 |

**CAPÍTULO V- CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS ....**

|  |    |
|--|----|
| 5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....             | 68 |
| 5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS ..... | 70 |

**REFERÊNCIAS.....**

|  |    |
|--|----|
| APÊNDICE A: PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SENAES/MTE..... | 76 |
|--|----|

|  |    |
|--|----|
| APÊNDICE B: MODELOS DE QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DAS COOPERATIVAS LEITEIRAS DA REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE..... | 83 |
|--|----|

# CAPÍTULO I

## INTRODUÇÃO

Após um longo processo de crise do sistema econômico mundial, que se iniciou no final dos anos sessenta e evoluiu nos anos 70, verificou-se um movimento de degradação da condição social. Tal fato ocorreu em detrimento de uma condição estável que era garantida pelo trabalho assalariado aos trabalhadores em períodos anteriores (FERREIRA e BERTUCCI, 2005).

Esta condição estável, até então existente, estava baseada nos direitos e na proteção social, os quais tinha acesso a maioria dos trabalhadores dos países desenvolvidos (CASTEL, 1998).

Historicamente, o trabalho compunha o processo de produção artesanal. Segundo De Masi (1999), as atividades eram realizadas em casa, onde emoção e afetividade, produção e reprodução, homem e mulher conviviam no mesmo espaço.

Porém, o conceito de trabalho foi modificado pela indústria, passando a partir deste advento a ser conhecido como uma atividade ampla e altamente direcionada, que passa a ser embasada no pagamento de salário (MALASSISE e ALVES, 2005).

Percebe-se que é no contexto do “regime de acumulação fordista”, que marcou o capitalismo e que se firmava no compromisso de repartir o valor agregado entre capital e trabalho, que se vinculava esta condição estável da atividade de trabalho (FERREIRA e BERTUCCI, 2005).

Para Castel (1998, apud FERREIRA e BERTUCCI, 2005), a atividade de trabalho constituía-se, portanto, no centro da gravidade da sociabilidade humana, já que o trabalho assalariado era tido como a matriz de uma condição social estável, que fornecia certas garantias e direitos que protegiam a população trabalhadora contra os principais riscos sociais, como a doença, a velhice e o desemprego.

Entretanto, segundo Castel (1998, apud FERREIRA e BERTUCCI, 2005), estes direitos garantidos aos trabalhadores passaram a ser considerados como contrários ao desenvolvimento da competitividade e, conseqüentemente, da rentabilidade econômica.

Para Gaiger (1996), em quase todos os países, os direitos sociais estão sob constante debate, pois são vistos como causadores do desemprego. Os gastos adicionais da empregabilidade costumam elevar os custos do emprego e da demissão para o empregador. Segundo o autor, se os diversos direitos sociais fossem reduzidos ou flexibilizados, os empregados teriam mais incentivos para assalariar maior número de trabalhadores.

Parte crescente das empresas, ao encontrar brechas na legislação para se eximir do cumprimento dos encargos trabalhistas e para fugir das obrigações legais, mergulhou na informalidade, multiplicando o número de assalariados não registrados.

Segundo Singer (2000), a redução desses direitos equivale a uma redução da renda indireta do trabalhador – horas extras, férias, 13º salário, aposentadoria, Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e assim por diante.

Um dos resultados mais relevantes nesse processo de deterioração da sociedade salarial é que a figura do trabalhador do fordismo, o trabalhador estável que dava sustentação ao regime de acumulação fordista, perdeu progressivamente a sua importância e foi substituído por outro tipo de trabalhador, visto agora como um mero prestador de serviços. Esse trabalhador sem estabilidade e outros tipos de proteção social, ou até mesmo sem vínculo empregatício efetivamente estabelecido, denominado trabalhador precarizado (FERREIRA e BERTUCCI, 2005).

Para Medeiros (2005), o resultado da desestruturação do trabalho permitiu o crescimento do desemprego e a redução do emprego formal, o qual passou a ser substituído por empregos mais flexíveis e desprotegidos.

Segundo Cohn (2003, apud GAIGER e ASSEBURG, 2006), a análise do período entre 1990-2005 prolonga uma tendência verificada nos últimos quarenta anos, ou seja: “uma diminuição significativa do percentual da renda do trabalho no total da renda nacional e uma queda acentuada do poder de compra do salário mínimo”.

Análise do DIEESE (2002) indica que a acumulação aumentou a insegurança nas relações laborais ao neutralizar a legislação trabalhista e imobilizar os sindicatos. Foi constatado ainda que, a partir dos anos noventa, a renda propiciada pelo trabalho perdeu globalmente seu poder aquisitivo. Ressalta a mesma avaliação que os indicadores sociais mais recentes não apresentaram resultados consideráveis e que, em 2005, um estudo realizado sobre a pobreza e a fome no

Brasil concluiu que o ritmo de redução da pobreza entre 1991 e 2000 foi insuficiente para que o país pudesse cumprir os objetivos de desenvolvimento firmados com a ONU.

A avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) chegou a apresentar melhoras em 2003, em função de avanços nos índices de acesso à educação e ao aumento da expectativa de vida da população. Porém, balanços mais positivos, quanto à queda mais expressiva no número de miseráveis e do crescimento da participação dos 50% mais pobres no total de rendimentos, não alteraram os dados estruturais do problema.

Gaiger e Asseburg (2006) afirmam que mesmo nas fases de crescimento econômico e de evolução dos indicadores sociais, as tendências de repartição desigual da renda e de acesso diferenciado aos serviços e garantias sociais mantiveram-se constantes. Portanto, pouco sensíveis ao desempenho da economia e às ações compensatórias de curto prazo.

Sem pretender igualar o trabalhador de hoje a seu antepassado do século XIX, Waltier (2004), menciona que o trabalho continua sendo considerado um problema, já que representa um fator de produção de riquezas sem retorno para uma grande parte dos trabalhadores. Nesse contexto, dentre diferentes formas para dinamizar o trabalho, surge a Economia Solidária com objetivo de responder questionamentos que visam fazer do trabalho um fator de valorização e reconhecimento do ser humano.

As diversas formas particulares de emprego que se desenvolvem constituem uma característica muito importante, pois recobrem possibilidades que, mantidas pelos poderes públicos, visam à luta contra a precarização do emprego. As cooperativas de trabalho são vistas no Brasil como uma dessas formas diferentes para driblar o fantasma do desemprego (SINGER, 2000).

Ainda no Brasil, a justificativa para o surgimento de novas formas de intervenção, tais como: nova pobreza, exclusão, vulnerabilidade social, redes de proteção e ações afirmativas, surgem da persistência do processo de desigualdade. Tal contexto retrata a origem de formação da sociedade escravocrata e a disseminação de uma cultura política da dádiva e da dívida moral, dos escravos e homens pobres, pessoas com condições menos favorecidas em relação aos mandatários e senhores de terra.

Para Gaiger e Asseburg (2006), a definição da formação histórica associada à

instituição de uma dinâmica social permanente de produção das desigualdades, coloca o Brasil como a terra das diferenças. Desta forma, uma das consequências sociais mais graves que o atinge são os seus níveis absurdos de pobreza em decorrência da desigual apropriação e repartição da riqueza, em nítido contraste com a capacidade produtiva do país.

Em consequência desse processo, o Brasil termina o século XX com um crescimento preocupante das estatísticas de violência, demonstrando que o problema atual, dentre outras causas, está representado pela deteriorização do trabalho e suas consequências ao nível de renda e consumo.

Com o processo de modernização desigual, o mercado de trabalho aprofunda-se em uma grande crise que separa a população que sobrevive de forma precária daquela que se destaca no mercado de trabalho.

Toda essa problemática fundamenta a luta contra a precarização do emprego, fortalecendo o surgimento de alternativas como a da Economia Solidária, fruto da organização de trabalhadores que se baseiam em relações de colaboração inspiradas por valores que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação de riqueza.

Visando contribuir na discussão e pesquisa sobre o tema, esta dissertação apresenta um estudo sobre as Cooperativas de Leite da Região Noroeste Fluminense, tentando identificar as reais contribuições nas sociedades em que estão inseridas e em que medida essas organizações respondem aos princípios do cooperativismo.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (2008), em 2003 as cooperativas agropecuárias responderam por 6% do PIB nacional, gerando 182 mil empregos no país. São 7.355 cooperativas, com 5.762 milhões de cooperados, em 13 ramos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, infra-estrutura, habitacional, mineral, produção, saúde, trabalho, turismo e lazer, e transporte (cargas e passageiros). As 1.519 cooperativas agropecuárias brasileiras são as que mais empregam, com montante de 110.910 empregos diretos e 940.482 associados.

Sendo assim, pode-se considerar que as cooperativas surgem como uma

forma de amenizar os problemas relacionados à precarização do trabalho. Os inúmeros projetos de apoio a este modelo de organização do trabalho são importantes, apesar da conhecida dificuldade operacional e em alguns casos e, até mesmo, o fracasso de algumas iniciativas. Assim, este trabalho fez a opção por investigar a organização das cooperativas de leite da Região Noroeste Fluminense, de forma a verificar a sua eficiência operativa, segundo os fundamentos inerentes a teoria de economia solidária.

## 1.2 O PROBLEMA

Neste caso, o problema de pesquisa consiste no esforço de investigação sobre uma base local de organização do trabalho cooperativo, de maneira a identificar a verificação ou não do cumprimento do seu papel social, no que diz respeito à preservação das relações de colaboração entre os atores, avanço na qualificação profissional, liberdade profissional, participação nos resultados, remuneração digna e avanço no processo de inserção social de atores antes excluídos pela precarização do trabalho.

## 1.3 OBJETIVOS

O objetivo principal desta dissertação consiste em entender o funcionamento das cooperativas de leite da Região Noroeste Fluminense e apresentar um diagnóstico da situação em que se encontra esse setor de atividade, verificando em que medida essas organizações respondem aos princípios do cooperativismo: adesão livre e voluntária; controle democrático e participação econômica dos sócios; independência e autonomia das cooperativas; educação, treinamento e formação do pessoal; integração entre as cooperativas e preocupação com os envolvidos.

Em especial, busca-se apresentar os principais resultados da pesquisa, à luz da hipótese considerada de que projetos dessa natureza têm pouco contribuído para o bem estar de trabalhadores que, ao contrário, têm se tornado reféns desse tipo de organização.

#### 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este trabalho apresenta a seguinte estrutura para alcançar o seu objetivo: o Capítulo I apresenta a introdução; o Capítulo II apresenta um levantamento bibliográfico da literatura da Economia Solidária, o Capítulo III apresenta breve histórico sobre o cooperativismo, destacando seus fatores relevantes no Brasil e no mundo; o Capítulo IV apresenta o estudo de caso realizado nas Cooperativas de leite da Região Noroeste Fluminense, descrevendo os pontos analisados e apresentando os principais resultados encontrados através dos questionários aplicados; e o Capítulo V apresenta as considerações finais desta dissertação, bem como recomendações para trabalhos futuros.

Finalmente, nos Apêndices encontram-se: O Programa de desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil (Apêndice A), e os modelos de questionários utilizados na pesquisa (Apêndice B).

## CAPÍTULO II

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este capítulo visa apresentar uma revisão da literatura da Economia Solidária, apresentando um breve histórico, demonstrando seus principais conceitos, seus pensamentos, sua formação, bem como o papel do Estado na inserção desta nova forma de economia, que surge como uma alternativa à precarização do emprego.

#### 2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA X TRABALHO

##### 2.1.1 O que é economia solidária?

A *economia solidária* é segundo Singer (2000b, p. 13), “um modo de produção e de distribuição alternativo ao capitalismo”, que só será perceptível através de sua utilização tanto na esfera política quanto econômica. É vista também como uma estratégia de multiplicação das formas de trabalho, como uma proposta alternativa à ideologia liberal da economia de mercado e como única fonte de riqueza (LAVILLE, 1994).

A economia solidária está incorporada a uma imensa quantidade de atividades baseadas na cooperação mútua e pode se desenvolver em campos dos mais variados. Gaiger (2000b) utiliza o conceito de *empreendimento econômico e solidário*, apresentando as mesmas características de solidariedade, democracia e envolvimento social da economia solidária.

Em uma vasta conceitualização, alguns autores referem-se à *economia popular solidária* para designar as atividades que possuem uma racionalidade econômica baseada na geração de recursos, destinados a prover ou repor os meios de vida, em pequenas unidades econômicas que não visam a acumulação de capital, mas a sobrevivência e a satisfação de necessidades básicas.

No entanto, é necessário não se confundir economia popular solidária com

economia informal: “Ao contrário da economia informal, cuja racionalidade é a flexibilização das relações entre capital e trabalho, o sentido ético-político das atividades da economia popular é a reprodução ampliada da vida (não do capital)” (TIRIBA, 2003, p. 42).

Para Tiriba (1998), a economia solidária não é necessariamente popular, e toda economia popular não pode ser chamada sempre de economia solidária, sendo necessária uma maior reflexão sobre qual conceito de economia solidária se quer construir.

Wautier (2004, p.83) acrescenta:

O projeto da economia solidária, desde seu surgimento, se orientou em duas direções. Em primeiro lugar, considera o trabalho e a produção compartilhada como meio de autodeterminação e responsabilização dos trabalhadores; em segundo lugar, vê a transformação da sociedade a partir da instauração de novas relações de trabalho, ou seja, na ampliação da participação e da responsabilização à esfera política.

A Economia Solidária é fruto da organização de trabalhadores que buscam concretização e vivência de novas relações econômicas e sociais, e que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo. A economia solidária, segundo Eid (2004), se baseia em valores opostos aos predominantes na economia capitalista, tais como: autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade. O autor ressalta que a racionalidade social é mais importante que a racionalidade técnica, pois a Economia Solidária se fundamenta na cooperação com a exploração coletiva, em benefício dos próprios integrantes.

Eid (2004) afirma que a economia solidária caracteriza-se por práticas baseadas em relações de colaboração, inspiradas por valores que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza e de capital, privilegiando a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

A economia solidária, de acordo com Malassise e Alves (2005), mostra-se como uma alternativa para a concretização da democracia nos ambientes de trabalho. Através de decisões compartilhadas, proporciona o crescimento do ser humano de forma integral, possibilitando que este assuma responsabilidades pelas decisões conjuntas, diminuindo assim a alienação no trabalho, não só para produzir mais e dar mais lucro, mas para ser visto como ser humano.

Os sujeitos da economia popular não são apenas os trabalhadores que

constituem as cooperativas e outros empreendimentos solidários, mas são todos aqueles que, direta ou indiretamente, participam do processo de reprodução, inclusive os que estão nas ruas da cidade.

A economia solidária surge então, como uma alternativa ao desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores controla e participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas.

### **2.1.2 As origens do pensamento sobre a economia solidária**

Segundo Coraggio (1994), a reprodução da força de trabalho tem sido caracterizada como condição necessária para viabilizar a acumulação capitalista. E nessa visão, o equilíbrio do mercado traria o bem estar social considerado como um subproduto e um resultado natural da acumulação capitalista. Toda a história do capitalismo é acompanhada pela exclusão social. Apesar disso, a “acumulação de capital” é apresentada pela teoria dominante como motivação central que deve reger as atividades econômicas.

Ferreira e Bertucci (2005) enfatizam que os pensamentos de Coraggio não estão voltados apenas para a satisfação das necessidades básicas de todos, mas também para a melhoria generalizada e contínua da qualidade de vida, não negando a necessidade da “acumulação”.

O termo “acumulação” é utilizado aqui, evidentemente, não no sentido de acumulação capitalista, mas sim significando ampliação da capacidade de geração de riquezas pelo sistema econômico. Karl Marx já assinalava a possibilidade de crescimento sem acumulação, afirmando que

Nas mais diversas formações econômicas, encontram-se não só a reprodução simples, mas também a reprodução ampliada. Produz-se mais e consome-se mais progressivamente, e quantidade maior da produção se converte em meios de produção. Contudo, esse processo não se apresenta como acumulação de capital nem tampouco como função do capitalista” Marx (1980, apud FERREIRA e BERTUCCI, 2005, p.695).

As origens da economia solidária no Brasil, segundo Lechat (2002), são encontradas a partir do quadro das condições socioeconômicas e políticas das últimas décadas, onde podemos falar da sociedade frente à crise e ao desemprego, e das experiências da economia solidária. Ou podemos fazer o caminho no sentido

contrário, baseando no que temos hoje em relação à economia solidária, e voltando às suas origens para descobrirmos em que condições, onde, por que e como os passos foram dados.

Faz-se necessário resgatar o processo de surgimento de experiências autogestionárias e solidárias, a atuação de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, igrejas, prefeituras e governos que darão suporte e promoverão sua organização em fóruns, feiras, redes e tantas outras iniciativas.

Ampliando a discussão, Lechat (2002) ressalta que para a economia solidária tornar-se alvo de questionamentos no Brasil, foi necessário que esta aparecesse como um setor próprio e digno de interesse específico. Uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular.

No entanto, segundo a mesma autora, no âmbito do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi criado o termo “economia informal”, o qual os analistas consideravam como um fenômeno transitório ligado ao subdesenvolvimento dos países dependentes, e hoje visto como uma questão imposta aos cientistas sociais, políticos e econômicos pela sua persistência e crescimento.

Na literatura brasileira, Lechat (2002) procurou identificar os primeiros aparecimentos dos conceitos ligados à economia solidária. A autora afirma que o conceito economia de solidariedade apareceu pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti, onde o autor chileno Luis Razeto (1993, p.40) o concebe como:

Uma formulação teórica de nível científico elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas (...), que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.

Relacionado ao assunto, surge o conceito de terceiro setor, divulgado em 1994, com a publicação de Fernandes: *Privado, porém público*. Mas foi necessário esperar até 1995 para que brasileiros escrevessem sobre a economia solidária referindo-se a ela desta maneira.

Alguns encontros vão constituir um marco para a construção de um pensamento e movimento social em prol da economia solidária no Brasil. Lechat

(2002) apresenta alguns, ressaltando que estes não são os únicos.

O primeiro aconteceu por ocasião de uma mesa redonda sobre o tema *Formas de combate e de resistência à pobreza*, realizado em setembro de 1995, durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia. O segundo ocorreu no III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária — ANTEAG —, em São Paulo, nos dias 30 e 31 de maio de 1996. Os trabalhos apresentados na mesa redonda do 7º encontro foram organizados em coletânea por Luiz Inácio Gaiger e publicados em 1996. Na apresentação, Gaiger (1996) escreve que a comparação entre essas diversas experiências permite identificar, como tipo promissor e como alternativa viável para a economia popular, os *empreendimentos solidários* que reúnem, de forma inovadora, características do espírito empresarial moderno e princípios do solidarismo.

No III Encontro da ANTEAG não foi usado o termo economia solidária, mas no prefácio do livro que apresenta as intervenções dos participantes, redigido em 1998, Paul Singer escreve: “No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução”. Esse pensamento de Paul Singer já tinha sido formulado publicamente por ele em julho de 1996 na Folha de São Paulo sob o título *Economia solidária contra o desemprego*, bem como constava no programa de governo do Partido dos Trabalhadores por ocasião das eleições municipais na cidade de São Paulo no mesmo ano.

Arruda (1996, p.4) apresenta o cooperativismo autogestionário e solidário como uma proposta para o desenvolvimento, e ressalta ainda que:

É nesse processo que ganha enorme importância a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; [...] o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da sócia-economia na nova era que se anuncia.

Na coordenação dos trabalhos destes encontros, Lechat menciona entre outros, Marcos Arruda e Euclides Mance. No Rio de Janeiro temos, além do PACS, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde professores e técnicos da Coordenação do Programa de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) atenderam aos pedidos de formação de cooperativas de trabalho, recebendo além da ajuda da Ação pela Cidadania, apoio financeiro da FINEP e do Banco do Brasil.

De acordo com Lechat (2002), em 1997, a Fundação Unitrabalho toma a decisão de criar um grupo de trabalho de economia solidária. A coordenação foi feita pelos professores Cândido Vieitez, da UNESP, Newton Brian da UNICAMP e Paul Singer da USP. Foram chamados pesquisadores universitários de todo Brasil para participar do grupo. Até que em janeiro de 1999, após a realização de vários seminários, foi elaborado um projeto de pesquisa de âmbito nacional intitulado Economia solidária e autogestionária, em vista de um amplo levantamento desta realidade no Brasil. No entanto, Lechat menciona também o autor da Nicarágua, Orlando Nuñez (1998), que fala de um Projeto Comunitário, onde a economia solidária é parte da tomada do poder político, parte da revolução, parte da transição e da construção do socialismo.

Ao que tudo indica, o final do século XX viu nascer um paradigma socioeconômico político e cultural fundamentado na solidariedade. Com o objetivo de investigar como as experiências de autogestão e associações voluntárias tornaram-se objeto de estudo e pesquisas e quais as fronteiras que os autores estabeleceram entre estes termos.

### **2.1.3 A formação da economia solidária no Brasil**

Gaiger (2004) afirma que o novo solidarismo popular no Brasil mostra-se na prática em número crescente de empreendimentos econômicos, gerados por trabalhadores atingidos pela falta de alternativas de subsistência ou movidos por convicções próprias. E que a organização desses empreendimentos se dá nas mais variadas formas: em associações informais ou grupos comunitários de produção; cooperativas e pequenas empresas. Baseadas em fatos ocorridos em outros países, essas iniciativas vêm adquirindo visibilidade e densidade social a partir de uma rápida difusão no Brasil.

Segundo o autor, a adesão crescente dos trabalhadores a alternativas de trabalho e renda de caráter associativo e cooperativo, ao lado da multiplicação de organizações representativas e de apoio, configura gradativamente a economia solidária como um novo campo de práticas de desenvolvimento. Ressalta também, que os empreendimentos solidários nas periferias urbanas deparam-se com imensuráveis dificuldades, pois mesmo estando mais próximos da sociedade e da

economia, lidam com situações de alta instabilidade econômica, com indícios de excessiva pobreza.

A Economia Solidária é um movimento alternativo ao sistema de valores baseados no lucro, na acumulação e na competição, o qual se apresenta por um sistema de valores centrados no bem-estar social e na cooperação, tendo como foco o trabalho e o saber, e não o capital e sua propriedade. Baseados nesses fundamentos, os responsáveis pela atividade econômica devem cooperar ao invés de competir entre si, com o objetivo de alcançar uma sociedade em que predomine a igualdade.

No Brasil, a Economia Solidária tem se constituído em um processo de organização social e econômica de trabalhadores; na geração de trabalho; renda e inclusão social, bem como para o processo de desenvolvimento local, através da constituição de empreendimentos econômicos solidários e da articulação de redes de cooperação.

Segundo Gaiger (2004), a adesão crescente dos trabalhadores às alternativas de trabalho e renda, de caráter associativo e cooperativo, ao lado da multiplicação de organizações representativas e de apoio, configura gradativamente a economia solidária como um novo campo de práticas, as quais:

- Assumem um caráter coletivo no tocante à posse dos meios de produção, ao processo de trabalho e à gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas e provocando envolvimento com os problemas da comunidade e as lutas da cidadania;
- Tendem a criar ou reforçar inúmeras instâncias de mediação e representação, tais como as uniões associativas, as federações cooperativas, as redes de intercâmbio e as organizações de apoio e fomento. À medida que logram fazer da cooperação produtiva e da sua articulação orgânica alavancas que as sustentam e as qualificam na economia contemporânea, adquirem chances efetivas para que se constitua uma nova “economia do trabalho”, orientada pela “reprodução ampliada da vida em sociedade” (CORAGGIO, 1997, p.36), a que imprimem um sentido e uma possibilidade emancipatória;
- Por sua inserção social e comunitária, cumprem adicionalmente uma série de funções, em saúde, educação, defesa de minorias, preservação ambiental, etc., todas de interesse comum. A economia solidária rivaliza com o setor privado, na

criação de postos de trabalho e, com o Estado, na oferta de serviços sociais. Ela rejeita a separação entre o social e o econômico, reconcilia a eficiência com a cooperação no trabalho e estabelece os fundamentos de um projeto de socioeconomia solidária (ARRUDA, 1996, apud GAIGER, 2003);

- Alinham-se ao fenômeno mais amplo da economia alternativa, que abrange múltiplos segmentos sociais, agentes e instituições (LAVILLE, 1994; RAZETO, 1997), e apresenta-se como um movimento de crítica global ao sistema econômico capitalista, com acentuada tendência a identificar iniciativas concretas, em vista do desenvolvimento humano integral, individual, social e ecológico (CAMACHO, 1996). Participar dessas experiências contribui à formação de identidades culturais e à subjetivações auto-referenciadas.

Gaiger (2003) ressalta que a economia solidária tenta demonstrar que a cooperação e a autogestão não são simples ordenamentos éticos, mas possuem vantagens comparativas diante da economia do capital. Ao assumirem uma racionalidade econômica própria e planejarem seus investimentos, compatibilizam e reforçam a cooperação no trabalho e a rentabilidade econômica. E que nas diversas realidades regionais do país, a multiplicação de protagonistas e de iniciativas é um fato comum. Lembra que nos últimos embates eleitorais, ela esteve presente, senão explicitamente nas formulações programáticas das coalizões partidárias, ao menos nas preocupações das lideranças mais organicamente expressivas das demandas dos movimentos sociais. A recente criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária é a sua manifestação mais concreta.

#### **2.1.4 O trabalho e sua importância para a economia solidária**

Gaiger (2000 b) caracteriza os empreendimentos solidários, como empresas que buscam combinar a eficiência e a viabilidade com as práticas dos princípios cooperativos e democráticos, visando proporcionar uma autonomia de gestão com responsabilidade e envolvimento social, na busca pela geração de resultados econômicos com benefícios na educação e na qualificação profissional.

De acordo com Lisboa (2005), a busca pela qualidade de vida da economia solidária torna-se real somente quando os grupos percebem os processos

econômicos como ameaçadores e escolhem deixar de lado a busca pela maximização de resultados.

“Os empreendimentos da economia solidária não objetivam acumular capital, mas sim melhorar a qualidade de vida de seus membros” (CORAGGIO, 2000). A base da economia solidária pode ser formada por empresas familiares, ou ainda por pessoas da comunidade, por vizinhos ou amigos que se unem e buscam meios para produzir benefícios coletivos. Nela o trabalho é realizado na residência do próprio indivíduo e os recursos financeiros devem servir às pessoas e às suas necessidades de sobrevivência e não ao empreendimento, que não pode ser visto e nem tratado como empresa informal ou micro e pequena empresa.

Eid (2004) enfatiza que a eficiência no trabalho se desenvolve onde existem interesse e motivação comuns aos membros. Podendo se obter maior uso da capacidade de trabalho e ampliação do conhecimento técnico e profissional incorporado à produção e maior igualdade na distribuição dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um e do coletivo.

Em diversas regiões do país, segundo Eid (2004), observam-se algumas vantagens do trabalho cooperado em relação ao trabalho assalariado, destacando-se: renda monetária próxima ao valor obtido no mercado de trabalho; condição de gestor do negócio com poder de decisão em benefício do coletivo de trabalhadores; valorização da auto-estima; desenvolvimento intelectual e potencialidades profissionais; realização do trabalho como algo digno e não como atividade penosa.

Nos empreendimentos solidários os trabalhadores-gestores se dispõem a fazer sacrifícios, abrindo mão de rendimentos mais elevados para que todos possam continuar trabalhando, enquanto na empresa capitalista os empregados competem entre si por promoções, prêmios de produção e lugares de chefia. No empreendimento solidário, a tomada de decisão é feita com o conjunto de todos os trabalhadores, sendo a confiança e a ajuda, vitais para o bom desempenho (SINGER, 1999 a).

Para que a autogestão apresente resultados é necessário que seus membros estejam atualizados em relação às questões de organização da produção e do trabalho, controles administrativos e comerciais. Buscando implementar idéias novas e criativas, que auxiliem na construção da viabilidade, com planejamento da demanda, para que o empreendimento se torne eficiente e capacitado para sobreviver no mercado.

Singer (2002) afirma que os diferentes empreendimentos de economia solidária no Brasil, nas décadas de 80 e 90, passaram pela experiência da autogestão, a partir do momento em que os trabalhadores assumiram o comando de empresas que tinham falido, das experiências urbanas de cooperativismo, associativismo e grupos de geração de emprego e renda, que nasceram nas comunidades e nas redes de colaboração solidária.

### **2.1.5 Economia solidária e a cooperação nas relações de trabalho**

O fenômeno chamado Economia Solidária, que compreende a cooperação nas relações de trabalho na busca pela geração de renda, é bastante recente e compreende uma enorme diversidade de iniciativas de caráter econômico e social. Os êxitos dessas iniciativas representam crescente dinamização da economia em pequenas localidades, sob um novo paradigma de desenvolvimento, gerando riqueza financeira para as comunidades envolvidas (CATALISA, 2007).

Singer (apud CATALISA, 2007, p.2), revela que aproximadamente 10% da população mundial está envolvida, de alguma forma, numa atividade da Economia Solidária. Como referência, destaca-se o caso de Mondragon; uma cidade do País Basco, na Espanha, onde existe o maior complexo cooperativo do mundo, assim como a Islândia, que é indicada como uma economia em que 80% da produção e do consumo são feitos mediante cooperativas.

A Economia Solidária então é compreendida como uma grande diversidade de práticas econômicas e sociais, organizadas sob formas de cooperativas populares, associações, movimentos, organizações comunitárias, compras coletivas, redes de consumidores, empresas autogestionárias, iniciativas familiares, feiras ou clubes de troca com uso de moedas sociais e complexos cooperativos.

### **2.1.6 O movimento da economia solidária**

O Ministério do Trabalho (2003) ressalta que a Economia Solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas — de produção, distribuição, finanças, trocas, comércio, consumo, poupança e crédito — organizado sob a forma

de autogestão, ou seja, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens e serviços.

Segundo o Catalisa (2007, p.2), a Economia Solidária compreende:

[...] uma grande diversidade de práticas econômicas e sociais, organizadas sob formas de cooperativas populares, federações e centrais cooperativas, associações, movimentos, organizações comunitárias, compras coletivas, redes de consumidores, empresas autogestionárias (pequenas, médias e grandes), iniciativas familiares, feiras ou clubes de troca com uso de moedas sociais e complexos cooperativos

Para a Economia Solidária, não é possível limitar-se apenas aos resultados materiais de uma referida atividade econômica, mas também aos benefícios sociais e ambientais, em função da qualidade de vida de seus membros.

A Economia Solidária, além de surgir como uma alternativa econômica das populações mais pobres e excluídas do mercado de trabalho deve ser vista como:

[...] um poderoso instrumento de reversão do quadro de pobreza, desemprego, exclusão em todos os níveis e precarização do trabalho, sustentada em modos coletivos de geração de trabalho e renda, integrados aos processos de desenvolvimento locais participativos e sustentáveis (CATALISA, 2007, p.2).

Conforme menciona o Catalisa (2007), por ser recente no Brasil, a Economia Solidária tem se constituído em um processo de organização social e econômica de trabalhadores, na busca pela geração de trabalho, renda e inclusão social, através da constituição de empreendimentos econômicos solidários.

O sociólogo francês Thomas Coutrot, em 2002, em seu estudo "Brasil: o boom da economia solidária" chegou à seguinte conclusão: "Criatividade política e empreendedorismo de um lado, precariedade econômica de outro, tal é o balanço contrastado da economia solidária e popular brasileira" (CATALISA, 2007, p.2).

### **2.1.7 Economia solidária no Brasil e o papel do estado**

Em relação à Economia Solidária, o papel do Estado – em termos de apoio político, regulatório e financeiro – ainda demanda amplo debate, é o que enfatiza Cunha (2002). No atual momento cooperativista, esse processo envolvendo ativistas e teóricos pode possibilitar o surgimento de formas associativas autônomas por iniciativa de governos. Diz ainda que “a própria Organização Cooperativa

Brasileira afirma constantemente a autonomia do cooperativismo perante o Estado – em parte para se contrapor ao regime militar, período em que as cooperativas estavam fortemente submetidas à regulação e fiscalização do Estado autoritário”.

O incentivo a formas associativas e cooperativas de organização da produção e da distribuição vem ganhando espaço enquanto ação governamental para o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda. Trata-se de uma possibilidade aqui considerada tanto à luz das discussões sobre o papel de governos para a construção de ativismo comunitário e de novas relações sinérgicas com a sociedade visando ações para a melhoria da qualidade de vida, quanto dentro do contexto de surgimento e consolidação de formas de uma economia solidária (CUNHA, 2002, p.89).

Nunes (1998) ressalta que não se trata de ignorar a importância e a necessidade do apoio do Estado, jogando um papel significativo ou regulador na estratégia de crescimento e distribuição de renda, mas de complementar e garantir, através do controle social associativo sobre os recursos, valores, instituições e regras do mercado. Este autor afirma ainda que, o conceito de poder está além do governo, e se combina à hegemonia social encarnada na população organizada.

O lento processo de construção de novas formas de relações econômicas, segundo Singer (2000), está ligado às lutas dos trabalhadores. Esse autor entende que o modo socialista de produção não se tornará dominante por uma vitória política dos trabalhadores, mas que este deverá andar paralelo com a autogestão. Adverte e alerta quanto à dependência e fragilidade das cooperativas criadas por iniciativa do Estado. Diz que é preciso atentar para o risco de estimular, de cima para baixo, a formação de organizações que, por definição, devem ser autônomas e igualitárias. Mesmo com o importante apoio de agentes externos, a maioria das formas econômicas solidárias floresce de baixo para cima, na maioria dos casos independentemente do poder público.

Outra dificuldade encontrada ao estabelecer o cooperativismo de cima para baixo é a ênfase no fortalecimento dos laços solidários e das práticas democráticas. O estreitamento dos vínculos coletivos depende claramente de um longo processo de construção e reconstrução das relações de grupo. A intervenção do governo que tem como princípios a democracia e autonomia pode ser importante para a economia solidária, e em alguns casos necessária, como no *reconhecimento legal* destas unidades produtivas.

Os governos devem procurar estimular a formação de cooperativas populares, entre desempregados ou moradores de favelas, oferecendo

requalificação profissional ou inserção num programa de renda mínima, apresentando como uma alternativa possível e não como imposição (CUNHA, 2002).

Eid (2004) ressalta a necessidade da existência de políticas públicas claras, desenvolvidas em conjunto com a sociedade, em um planejamento estratégico onde estejam relacionadas políticas sociais de apoio às pessoas necessitadas. No entanto, diz que estas pessoas também deverão estar comprometidas em conquistar a autonomia, enquanto que a política deverá estar vinculada a uma política de formação de empreendimentos solidários e autogestionários.

No entanto, Cunha (2002), diz que há um risco grande de que ações que se propõem a criar autonomia organizativa se degenerem, por parte dos agentes externos ou inibam a autonomia coletiva, estabelecendo hierarquias internas que privilegiem algumas poucas lideranças dentro do grupo.

As principais atividades que podem ser desenvolvidas na esfera pública para o desenvolvimento da economia solidária, segundo Cunha (2002) são:

- Apoio ao *crédito*, ofertando programas de microcrédito, ou até assumindo a garantia dos empreendimentos dentro do sistema financeiro, ou ainda, procurando alterar a legislação sobre os “bancos do povo”.
- Intervenção governamental para garantir a inserção das cooperativas no *mercado* – o que pode ser o grande problema destes empreendimentos, porque, se de um lado praticam uma lógica interna de relações produtivas diferenciadas, de outro precisam assumir uma postura competitiva para fora. Uma alternativa mais promissora para o desenvolvimento e inserção econômica das cooperativas é investir em sua *formação e qualificação*, para proporcionar qualidade e tecnologia e torná-las competitivas.

No Brasil, as políticas públicas de fomento ao cooperativismo vêm se multiplicando, sobretudo nas áreas de prestação de serviços (como limpeza urbana e manutenção de parques e jardins), que são contratados pelo próprio governo local ou regional. Uma das áreas que mais tem motivado a adoção do cooperativismo é a de destinação do lixo urbano. Prefeituras de várias tendências políticas estão estimulando catadores a formar cooperativas para atuar na coleta seletiva, triagem e beneficiamento de resíduos recicláveis.

### 2.1.8 Experiências, críticas e desafios da economia solidária

“As experiências da economia popular surgiram antes da implantação da economia capitalista, da economia informal e, mais recentemente, com a emergência da chamada economia solidária” (EID, 2004, p.16).

Eid (2004) menciona que estas experiências, durante séculos, foram tidas como isoladas, precárias e localizadas. E que diversas experiências de economia solidária têm sido analisadas hoje, não mais como ações assistencialistas, mais sim como novas formas de produção e de organização de trabalho, indicando uma oportunidade de revigorar os setores populares excluídos, de emancipação e de utilização de tecnologias produtivas e organizacionais.

Algumas iniciativas isoladas deram lugar a uma realidade que se expande e se dinamiza através de redes solidárias, motivando a ação de entidades de classe e de políticas públicas no campo popular, orientadas para a construção de uma economia alternativa concreta, conhecida como economia solidária e que procura estar articulada nos movimentos sociais (EID, 2004, p.17).

A partir dos anos 90, percebe-se um aumento nos estudos sobre iniciativas solidárias no âmbito rural e urbano, visando analisar os impactos do desenvolvimento local e regional em diversas áreas do país.

Conforme Eid (2004), em relatos sobre experiências solidárias e autogestionárias observa-se forte presença histórica e apoio da igreja progressista às iniciativas solidárias, na luta pela reforma agrária e na organização de cooperativas rurais, entre outros movimentos sociais, principalmente com a CÁRITAS e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Eid (2004), em seu trabalho “Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?”, ressalta algumas principais experiências da economia solidária no Brasil, que serão reescritas abaixo:

- Existência de experiências rurais com cerca de oitenta cooperativas e quatrocentas associações de reforma agrária organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), algumas com razoável grau de diversificação e agroindustrialização, poucas tem cerca de dez anos de existência e encontram-se principalmente nos estados do sul do país;

- Desde o início dos anos noventa até o início de 2003, já se contabiliza cerca de 400 empresas capitalistas que foram à falência e entregues aos trabalhadores como forma de pagamento dos passivos trabalhistas;
- Outra experiência importante e que vem crescendo nos últimos anos é da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a qual vem formando cooperativas e empresas autogestionárias na área rural e urbana, principalmente após a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). A ADS da CUT, desde sua formação no início desta década, tem a parceria da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE);
- Na área rural, a CUT destaca-se através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Federação dos Empregados e Assalariados Rurais do estado de São Paulo (FERAESP); enquanto que na área urbana, principalmente através da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM). Pela CONTAG, através de Federações de Trabalhadores na Agricultura, a exemplo dos estados do Pará (no município de Benevides, a Cooperativa Central Nova Amafrutas, que exporta frutas de elevado valor agregado), Ceará (na região de Quixeramobim, onde uma associação produz na cadeia produtiva do algodão orgânico), Pernambuco (no município de Catende, ex-usina de açúcar Catende) e Rio Grande do Sul (diversas regiões, principalmente no ramo da metalurgia) e, através da FERAESP, principalmente no município de Araraquara, parte da antiga usina de açúcar Tamoio;
- Pela CNM, têm-se experiências dos metalúrgicos em diversas regiões do país, tais como a UNISOL Cooperativas (cerca de vinte cooperativas, em diversos ramos de atividades, sendo doze de produção, e o restante no ramo de serviços, em articulação com outros sindicatos e parcerias com prefeituras municipais), a exemplo da Uniforja na região do ABC paulista, a Alumifer em Erechim, e a Geralcoop em Guaíba, ambas no estado do Rio Grande do Sul;
- A organização de incubadoras universitárias de empreendimentos da economia popular e solidária, em diversas regiões do país, em estágios diferenciados de atuação e consolidação. Hoje já se contabiliza trinta universidades e outras vinte em processo inicial de organização que desenvolvem atividades de incubação entendida como formação e assessoria continuada, além de apoio às

demandas de cooperativas, associações, empresas autogestionárias urbanas e rurais.

A Economia Solidária, segundo Singer (2000), recebe uma crítica bem comum em todas as opiniões lançadas a seu respeito, sendo geralmente vista como uma ação restritiva aos que foram excluídos do mercado de trabalho capitalista, e como uma ação meramente compensatória. O autor menciona ainda que alguns críticos chegam a afirmar que existem apenas dois caminhos para as cooperativas populares e empreendimentos solidários no atual contexto: ou serão absorvidos por empresas capitalistas ou serão levadas à destruição pela lógica da concorrência da grande produção.

Para Eid (2004), a Economia Solidária apresenta um grande e talvez um dos principais desafios que é a superação dos obstáculos para se inserirem no mercado. Deve-se considerar ainda que a interpretação da legislação vigente no país ainda está sendo discutida para desobstruir as experiências de Economia Solidária, sendo importante a criação de uma lei específica voltada para as cooperativas autênticas e empreendimentos solidários, já que cada vez menos pessoas têm emprego regular e gozam dos direitos que a Constituição garante a todos os brasileiros que trabalham. Assim, os direitos básicos como limite de jornada de trabalho, férias e salário mínimo, precisam ser contemplados numa nova legislação que assegure esses direitos a qualquer trabalhador, seja autônomo, de cooperativa, de associação, etc.

Na atualidade, “torna-se cada vez mais importante trabalhar na perspectiva da construção da viabilidade dos empreendimentos solidários, o que significa reduzir a possibilidade de crises” (EID, 2004).

Em “A economia solidária frente a novos horizontes”, Gaiger (2004) destaca alguns principais desafios para a economia solidária, conforme a seguir:

- **Primeiro desafio: relativizar e integrar os modelos de ação**

O autor diz que no Brasil, de um modo geral, os estilos de trabalho dos principais programas de economia solidária evoluíram basicamente por vias paralelas. Nestes, existem contatos entre os segmentos e suas respectivas organizações, além de cooperações pontuais, mas, não uma articulação institucional orgânica que ensejam ações duradouras conjuntas. Segundo o autor, a falta de uma ação eficaz do Estado em direção à Economia Solidária produziu linguagens específicas e lições que devem ser socializadas para que se possa construir uma

racionalidade política determinada, antes de tudo, pelas necessidades e urgências que o desenvolvimento da economia solidária está a exigir.

A economia solidária é motivo e fruto da organização popular, mas não poderá seguir expandindo-se apenas nesses setores organizados, sem instrumentos que a estendam aos trabalhadores deixados à margem dos mecanismos de representação coletiva de interesses. Do mesmo modo, importa entender que o campo solidário deve ser permeável ao trânsito dos sujeitos e tolerante à manutenção simultânea de diferentes vínculos, pois neles os trabalhadores encontram, por uma estratégia naturalmente oscilante, chances de sobrevivência material e sócio-cultural, neles lidam com identidades simultâneas (GAIGER, 2004, p.12).

Entretanto, numa primeira análise, os resultados mensuráveis sugerem ponderar o papel de programas similares, cujas limitações institucionais deveriam incentivá-los a estipular metas objetivas para sua intervenção.

Ora, uma ação incisiva articulando as políticas de fomento da Instituição aos grupos populares da economia solidária, estimulados e acompanhados pelas demais organizações, certamente traria resultados relevantes e maior reconhecimento ao trabalho de umas e outras. Em boa medida, isso depende da capacidade de unir esforços e de aparar as diferenças de enfoque entre as modalidades de apoio aos empreendimentos. Isoladamente, as chances de cada programa e cada segmento da economia popular solidária são diminutas (GAIGER, 2004, p.14).

Surge a necessidade de reconhecer as virtudes e dar concretude institucional a essa articulação.

#### ▪ Segundo desafio: construir um espaço público não-estatal

O cenário atual demonstra sinais positivos de uma melhor compreensão dos problemas e da necessidade de superá-los.

Algumas iniciativas públicas, privadas ou estatais, tais como A ABCRED — Associação Brasileira de Operadores e Gestores de Programas e Instituições de Microcrédito, possuem entre os seus filiados a Rede CEAPE e o Portosol, que favorecem trocas constantes de experiências, possibilitando fazer comparativos entre modelos e formulações conjuntas.

No correr de 2003, o amplo processo de mobilização nacional adotou por princípio reconhecer e valorizar a diversidade de iniciativas populares, organizações e atores, que se perfilam no campo da economia solidária ou que dele buscam aproximar-se.

Não obstante as condições políticas *objetivamente* propícias dos últimos anos, o estabelecimento de mecanismos sólidos para uma ampla ação de fomento deparou-se com diferenças de compreensão existentes há mais tempo, a começar pelos desencontros conceituais e de método que já assinalamos, cuja percepção mútua, em sendo duplamente enviesada, alimentou resistências de natureza política e ideológica (GAIGER, 2004, p.14).

O autor afirma que não houve interesse visível em desencadear ações segundo as prescrições das organizações da economia solidária, pois isso obrigaria a introduzir mediações políticas que circunscrevem o raio de ação à parcela organizada e politizada dos trabalhadores. Por sua vez, como vimos, as coalizões de governo lideradas pelo PT faltaram com políticas efetivamente orgânicas, deixando suas ações vulneráveis, na prática, à disputa entre visões e interesses alojados no aparelho de Estado.

Divergem ainda, o papel do Estado e o caráter que deve possuir a esfera pública. Nesse debate, encontra-se já bem avalizada a tese que distingue o espaço público do Estado e reivindica que este se torne de fato público, por meio de maior controle social sobre a ação estatal, enquanto se fortalecem os direitos e processos de organização cívica.

Gaiger (2004) ressalta que o espaço público não pode ser um mero prolongamento de grupos organizados ou de setores dotados de poder, do contrário estaria condenado a reproduzir mecanismos de distribuição seletiva dos bens públicos, desprovidos de regras universalistas e de princípios democráticos, para não mencionar nosso histórico déficit democrático, agravado com as posturas instrumentais sobejamente correntes na direita e na esquerda.

O centro da economia solidária pode se situar nesse espaço intermediário se baseando em mecanismos capazes de atrair uma grande quantidade de atores, cuja interação resulte em compromissos de longo prazo, com diretrizes e programas de desenvolvimento (GAIGER, 2004). Trata-se de postular uma esfera pública não-estatal, a propósito do lugar e significado original do espaço público político.

#### ▪ **Terceiro desafio: cruzar fronteiras**

Este desafio obriga a atravessar fronteiras reais e imaginárias para visualizar a economia solidária além das experiências particulares que a tornaram uma realidade concreta e dos recortes político-ideológicos das organizações que lhe dão significado. Percebe-se que o principal conjunto de experiências e de fomentos ao

solidarismo econômico popular, gerado nos últimos dez anos, ambienta-se nas *redes movimentalistas*. Segundo Gaiger (2004), tais redes, não obstante seus apelos universalizantes, estão circunscritos a um determinado círculo de representações e relações. Os requisitos para o atendimento das demandas que nelas se manifestam, bem como a eficácia dos seus processos decisórios, não podem ser trasladados, sem mais, ao tratamento público da cidadania.

Doimo (apud GAIGER,1995, p.60) afirma que a única forma de contornar a corrida entre diversos grupos segmentados, concomitantemente mobilizados, é instituir políticas regulatórias, vinculadas a propriedades da população-alvo a atingir e à natureza universal da ação pública, de modo a cortar transversalmente os grupos de interesse e chegar a todos os beneficiários potenciais.

A economia solidária, de acordo com Gaiger (2004), favorece que as fronteiras artificiais, criadas pelo pensamento, entre as esferas econômica, social e política, sejam derrubadas.

Segundo o autor, para pôr em prática laços de reciprocidade e para gerar experiências que embasem, seja na atuação de seus porta-vozes, seja nas propostas de novas regras econômicas, ligadas ao trabalho, aos direitos sociais e às instituições políticas, se faz necessário que os agentes da economia solidária incrementem os contatos e façam intercâmbios na região em que atuam.

▪ **Quarto desafio: promover o protagonismo cívico**

“Uma das estratégias mais poderosas utilizadas pelos grupos dominantes, para preservarem sua posição, realiza-se pela cooptação dos intelectuais que a dialética social gera continuamente” (GAIGER, 2004, p.14). Seu efeito mais nefasto é a separação entre os intelectuais e as classes subalternas. De acordo com Gaiger (2004), a separação entre os intelectuais e as classes subalternas, que são vistas como o efeito mais nefasto, é observada em três circunstâncias: a) quando é grande o poder de sedução exercido pelos intelectuais das classes dominantes sobre os demais, que migram de posição imperceptivelmente; b) quando, por uma virada histórica, os intelectuais contestadores se veem guindados a ocupar espaços institucionais e políticos até então cativos dos grupos dominantes; c) quando os intelectuais contestadores da ordem, eventualmente nas circunstâncias anteriores, abrirem-se novos espaços à sua frente, assumem o protagonismo do processo

histórico, em nome dos grupos subalternos que representam, mas também em seu lugar, a pretexto da urgência dos fatos e da inorganicidade de tais grupos.

Gaiger (2004) ressalta ainda que os intelectuais em questão tendem inevitavelmente a colocar em primeiro plano os problemas e os interesses que propriamente são seus, entre eles a disputa corporativa por espaço e sobrevivência.

O desempenho institucional, segundo Putnam (1996), decorre em grande proporção da existência de uma comunidade cívica, assente em mecanismos de participação e em práticas de solidariedade. A ação institucional deve promover o civismo se desejar evitar ou interromper ciclos viciosos, nos quais a vida social não se referencia em estruturas, mas sim no Estado e em seus aparatos, politizando-se verticalmente, na mão oposta ao civismo.

Trata-se então de legitimar as mais diversas formas de solidariedade, de estimular as atitudes de confiança, cujo exercício tem a grande vantagem de ser cumulativo e reforçar-se mutuamente. A passagem a círculos virtuosos redundaria "em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo" (PUTNAM apud GAIGER, 1996, p.186).

De acordo com Eid (2004), é necessário, enfrentar os desafios que a sociedade atual impõe de forma objetiva, buscando desenvolver a coesão social através da responsabilização de cada um dos indivíduos para o desenvolvimento do projeto coletivo. E é nesse sentido, que alguns autores entendem o cooperativismo popular como sendo parte integrante da Economia Solidária, enquanto um movimento social em fase de crescimento organizativo, sem deixar de lado seu caráter de resistência à economia capitalista.

Em suma, a necessidade de se romper com o capitalismo, deixando de lado a sua busca incessante pelo acúmulo de capital, é vista como um desafio para a nova economia, que deve conceber ambientes democráticos e não consolidar as práticas alienantes do trabalho.

## **CAPÍTULO III**

### **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: AS SOCIEDADES COOPERATIVAS**

O capítulo 2 abordou os princípios básicos da Economia Solidária, bem como, sua aplicação no contexto social, onde se percebe a cooperativa como uma forma de organização econômica solidária. Por natureza este tipo de organização pertence, coletivamente, aos trabalhadores que nela produzem e realizam a gestão de forma democrática, seja por participação direta ou por representação.

Este capítulo pretende aprofundar esta discussão, apresentando os principais conceitos do cooperativismo, com o objetivo de realizar um breve histórico sobre as organizações cooperativadas, visando identificar seus princípios e como este tipo de empresa se organiza na busca por resultados para o grupo excluído pelo mercado de trabalho capitalista.

#### **3.1 COOPERATIVISMO**

As cooperativas são organizações de caráter permanente, criadas pela junção de pessoas as quais possuem interesse comum que visam à realização de atividades econômicas relacionadas com o progresso econômico e o bem-estar de associados.

Cunha (2002) diz que a cooperativa surge da livre iniciativa de seus integrantes, não podendo ninguém ser coagido a entrar ou ficar nela. No entanto, existe um período probatório para os sócios que ingressam nessas organizações por se tratar, em última instância, de uma comunidade. Assim, tanto a adesão quanto a saída dos interessados devem ser voluntárias.

Segundo este autor as cooperativas se constituem como uma organização autônoma, onde toda e qualquer decisão que se refira a ela deve ser decidida por seus integrantes, mediante assembleias e não por terceiros que não façam parte da

organização cooperativada. A igualdade entre os sócios na tomada de decisão também se torna um diferencial, já que segundo o princípio do cooperativismo, “uma pessoa corresponde a um voto”.

Embora esses sócios tenham o direito a voto, ainda assim, percebe-se a necessidade de dirigentes para representar a cooperativa e tomar decisões administrativas referentes ao dia-a-dia do negócio. Geralmente a escolha para os ocupantes desses cargos é realizada através de eleição, sendo necessário o rodízio para a garantia da democracia que, através da transparência das informações sobre o processo, se difere completamente das empresas capitalistas.

Em relação às cooperativas, existe a necessidade de uma atenção especial, devido ao seu caráter diferenciador de “empresa”, que se constitui com o intuito de gerir os interesses mútuos dos cooperados, na busca pelo fortalecimento econômico e social. Sendo assim, este tipo de atividade clama por uma atitude positiva e um papel realmente ativo na sociedade (ROSINHA, 2007).

De acordo com a OCB (2008), a cooperativa é identificada como uma associação de pessoas que se unem, voluntariamente, com o intuito de satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa coletiva e democraticamente gerida.

Os ganhos da atividade econômica devem ser repartidos entre os sócios, de acordo com critérios discutidos e aprovados por todos. A maioria das cooperativas não chega a implantar a igualdade econômica absoluta, por conta das diferenças de qualificação e função que ainda persistem. Mas a diferença entre a maior e a menor remuneração dentro das cooperativas é menor do que nas grandes empresas capitalistas (CUNHA, 2002).

Percebe-se que a finalidade da cooperativa não é o lucro e sim gerar um desenvolvimento sustentável e preservar a qualidade de vida de seus componentes e da comunidade onde estão inseridos.

Cunha enfatiza, ainda, que os excedentes das cooperativas que são definidos como “sobras”, são destinadas a fins decididos pelo coletivo e, geralmente, são reinvestidas na própria cooperativa ou destinadas à educação e assistência social dos sócios e outros fundos que substituam as proteções sociais garantidas por lei aos trabalhadores formais, ou até algumas vezes, repartidos entre os sócios de forma democrática.

A filosofia do cooperativismo baseia-se em valores de ajuda mútua e

responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante (OCB, 2008).

Neste contexto de desenvolvimento em grupo e de ajuda mútua, nem todas as associações com finalidades cooperativas representam sucesso absoluto, pois o relacionamento humano é controverso e conflitante, em alguns momentos, ferindo interesses e ambições pessoais.

## **3. 2 EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO**

### **3.2.1 No mundo**

A Primeira Revolução Industrial que ocorreu na Europa, no século XVIII, trouxe consigo inúmeras mudanças, tendo como marco o surgimento da máquina a vapor, que fez com que o homem deixasse de produzir somente com sua força de trabalho e a dos animais.

Esse momento, segundo Rosinha (2007), representou importante arrancada rumo à modernização da produção e, conseqüentemente, das relações de consumo. Porém observou-se que toda esta modernização veio acompanhada de alguns malefícios para a população, obrigando grande parte dos trabalhadores a exercer o trabalho em condições subumanas, em instalações impróprias, expostos a sérios riscos de saúde, ficando sujeitos a excessivas cargas horárias, enquanto a outra parte da população se encontrava na miséria absoluta. A crítica a este sistema de capitalismo selvagem não tardou, vinda dos teóricos comunistas Karl Marx e Friedrich Engels, no Manifesto Comunista.

Rosinha (2007) aponta que foi nesse momento, em meados de dezembro de 1843, na cidade de Rochdale, situada na região de Manchester no país inglês, que aconteceu a criação do cooperativismo. Através da atitude de vinte e oito operários que viviam em péssimas condições de trabalho na fábrica da qual eram empregados, levados pela necessidade de melhores condições de vida, formou-se uma cooperativa, através de pequenos valores que estes trabalhadores conseguiam

poupar de seus míseros salários, sendo denominada de Cooperativa de Consumo.

Com o pouco capital de que dispunham, compravam apenas o necessário para sua alimentação. Para tal, estabeleceram regras de coexistência e cooperação mútua e devido à vontade de seus instituidores prosperou, consolidando-se numa cooperativa de enorme sucesso até hoje (ROSINHA, 2007).

A partir de então, o cooperativismo passou a existir em todo o mundo e em vários setores, onde seus valores e princípios cooperativos foram preservados até o presente momento.

### **3.2.2 No Brasil**

No Brasil, a cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa. Processo esse, que emergiu no Movimento Cooperativista Brasileiro, no final do século 19, estimulado por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, para atender às suas necessidades (OCB, 2008).

De acordo com a OCB (2008), o movimento iniciou-se no Brasil no ano de 1889, na área urbana, com a criação da primeira cooperativa de consumo em Ouro Preto (MG), denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Como passar do tempo, sua expansão evoluiu para os estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, além de Minas Gerais.

Ainda na visão da OCB, em 1902 surgiram no Rio Grande do Sul as cooperativas de crédito. A partir de 1906, nasceram e se desenvolveram as cooperativas no meio rural, idealizadas por produtores agropecuários, sendo muitos deles de origem alemã e italiana. Esses imigrantes trouxeram de seus países, além da bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a organizar-se em cooperativas.

Através da disseminação do cooperativismo, as cooperativas tiveram sua expansão voltada para suprir as necessidades de seus próprios membros, se baseando em um modelo autônomo que os livrava da dependência.

No entanto, embora houvesse um movimento que levasse à difusão do cooperativismo, poucas pessoas sabiam sobre o assunto, devido à escassez de material apropriado para leitura, às grandes distâncias e ao trabalho escravo que

serviram como bloqueios para um maior desenvolvimento e divulgação do sistema cooperativo.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foi criada em dois de dezembro de 1969, sendo registrada em cartório no ano seguinte. Nascia então, formalmente, aquela que é a única representante e defensora dos interesses do cooperativismo nacional. Uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa.

A Lei 5.764/71 disciplinou a criação de cooperativas, porém restringiu a autonomia dos associados, interferindo na criação, funcionamento e fiscalização do empreendimento cooperativo. Sendo superada posteriormente pela Constituição de 1988, que proibiu a interferência do Estado nas associações, deu vida ao atual processo de autogestão do cooperativismo (OCB, 2008).

Segundo a OCB (2008), em 1995 o cooperativismo brasileiro ganhou o reconhecimento internacional quando Roberto Rodrigues, ex-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, foi eleito o primeiro não europeu para a presidência da Aliança Cooperativista Internacional (ACI), fato que contribuiu também para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras.

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), criado em 1998, intitulado como a mais nova instituição do Sistema “S” veio somar à OCB como o viés da educação cooperativista. Este órgão é responsável pelo ensino, formação, profissional, organização e promoção social dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras.

O cooperativismo brasileiro é atuante estruturado e fundamental para a economia do país, mantendo o objetivo de ser cada vez mais conhecido e compreendido como um sistema integrado e forte.

### 3.3 OS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Conforme Silva (2001), os princípios básicos estabelecidos em Rochdale, por volta de 1892, pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) foram: o da livre adesão e livre saída dos associados; democracia nos direitos e deveres dos associados; compras e vendas à vista na cooperativa; juro limitado ao capital investido; retorno proporcional; operação com terceiros; formação intelectual dos associados e

devolução desinteressada dos ativos líquidos.

Esses princípios básicos, que distinguem as cooperativas das outras unidades econômicas, serviam para que qualquer organização ou associação fosse realmente cooperativada, sendo de extrema importância seu reconhecimento. Abaixo são descritos esses relevantes princípios:

### **3.3.1 Princípio da gestão democrática**

As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões (ROSINHA, 2007). Onde, homens e mulheres, eleitos como representantes dos demais integrantes do grupo, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

Sobre o assunto (COZERO, 2005, p.5) ressalta:

A cooperativa é uma gestão, pois os cooperados decidem os projetos do negócio e esta é democrática porque a decisão da maioria é cumprida. As pessoas que participam das cooperativas se reúnem em assembleia, discutem e votam os objetivos e metas do trabalho em conjunto, assim como elegem os representantes que irão gerir a sociedade. Cada associado representa um voto, não importando se alguns concentrem mais cotas do que os demais.

### **3.3.2 Princípio da autonomia e da independência**

Para Rosinha (2007, p.5),

As Cooperativas são organizações autônomas para ajuda mútua, controladas por seus membros. Entretanto, em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preserve o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.

Percebe-se que são os sócios, os donos do negócio que controlam a gestão da organização. Qualquer tipo de contrato ou negócio firmado com outras organizações é feito de modo que garanta o controle democrático pelos seus

associados, visando garantir a autonomia da cooperativa.

### **3.3.3 Princípio da participação econômica**

Os associados contribuem igualmente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Segundo Rosinha (2007), quando a cooperativa é bem administrada e consegue alcançar uma receita maior que as despesas, esses rendimentos são divididos proporcionalmente de acordo com a contribuição de cada um. O excedente é destinado para investimentos na própria cooperativa ou para outras aplicações, sempre de acordo com a decisão tomada na assembleia.

### **3.3.4 Princípio da adesão livre e voluntária**

As cooperativas são organizações abertas à participação de todas as pessoas interessadas em utilizar seus serviços, independentemente de classe social, sexo, raça, opção política ou religiosa, e outros. O associado pode entrar, permanecer e sair da cooperativa até quando lhe convier.

### **3.3.5 Princípio do interesse pela comunidade**

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus associados, realizando programas sócio-culturais em parceria com o governo e outras entidades civis.

### **3.3.6 Princípio da cooperação entre as cooperativas (intercooperação)**

As cooperativas servem seus associados permanentemente fortalecendo o movimento cooperativista e trabalhando juntas através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais (ROSINHA, 2007).

Ainda sob este ponto de vista, percebe-se a necessidade de haver um intercâmbio de informações, produtos e serviços, com o intuito de viabilizar o setor como atividade sócio-econômica, para proporcionar um maior fortalecimento das cooperativas.

### **3.3.7 Princípio da educação, formação e informação**

É objetivo permanente de uma cooperativa fornecer educação e treinamento, capacitando a seus sócios, aos representantes eleitos, aos administradores e empregados para a prática cooperativista e para o uso de equipamentos e técnicas no processo produtivo, para que os mesmos possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento da cooperativa.

As cooperativas proporcionam,

[...] educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação (ROSINHA, 2007, p.5).

## **3.4. A LEGISLAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO BRASIL**

Inicialmente as sociedades cooperativas eram constituídas independentes de qualquer legislação específica. Assim, primeiro surgiu a cooperativa e em seguida a lei que a iria disciplinar. No princípio a organização inicial das sociedades cooperativas era regulamentada pelos seus próprios membros através de ajuda mútua.

O Decreto legislativo n. 979 foi a primeira legislação no Brasil a demarcar normas reguladoras para as sociedades cooperativas, a qual permitia aos agricultores organizar caixas rurais de crédito e cooperativas de consumo e produção.

As cooperativas foram reconhecidas em 1907, pelo Decreto n. 1.637, porém, foram igualadas às sociedades anônimas em nome coletivo ou comandita simples. O Decreto n. 22.239 de 19 de dezembro de 1932 até então admitia as cooperativas com fins lucrativos e de natureza mercantil, todavia adotava as principais

características elaboradas pela doutrina cooperativista.

Muitos Decretos foram publicados com o intuito de delimitar essa esfera societal e finalmente, em 16 de dezembro de 1971, foi publicada a Lei n. 5.764, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e estabeleceu o regime jurídico das Sociedades Cooperativas.

No art. 146, III, C, a Constituição determina que seja dado adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas. Nery (2003) evidencia os aspectos dados pelo novo código civil brasileiro às sociedades cooperativas:

Segundo Nery (2003), o art. 1093 do capítulo VII estabelece que “A sociedade cooperativa reger-se-á pelo disposto no presente capítulo, ressalvada legislação especial”. Ressalta ainda que sua natureza seja de sociedade simples sujeita à inscrição nas juntas comerciais.

Segundo o art. 1094, de acordo com Nery (2003), as seguintes características regem as sociedades cooperativas:

- I – variabilidade, ou dispensa do capital social;
- II – concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo;
- III – limitação do valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar;
- IV – intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança;
- V – quorum, para a assembléia geral funcionar e deliberar, fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado;
- VI – direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação;
- VII – distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado;
- VIII – indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

É importante destacar ainda em Nery (2003), o art. 1095 C, que trata da responsabilidade limitada dos sócios cooperativos, onde estes respondem somente

pelo valor de suas quotas e pelo prejuízo verificado nas operações sociais.

Conforme a Lei 5.764/71 art. 1º, a política de cooperativismo é entendida como uma atividade que procede de iniciativas relacionadas ao sistema cooperativo, oriundas do setor público ou privado, separadas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público (NERY, 2003, p.5).

### 3.5 TIPOS DE COOPERATIVAS

O Cooperativismo no Brasil, segundo a visão de Rosinha (2007), desempenha suas atividades em diferentes segmentos específicos que, para fins de conhecimento, valem a pena serem citados:

- **Agropecuário:** Composto pelas cooperativas de produtores de um ou mais produtos, tais como: abacaxi, abelhas e derivados, açúcar e álcool, algodão, alho, arroz, aveia, aves e derivados, banana, batata, bicho-da-seda e derivados, e atividades similares além das cooperativas de fornecimento de insumos agropecuários.
- **Consumo:** Composto pelas cooperativas de consumo abertas ou fechadas para compra em escala de produtos, insumos e serviços nas diferentes modalidades de derivados de petróleo, eletrodomésticos, planos de saúde e seguros, cestas-básicas, farmácia, lazer, entretenimentos, automóveis, utilidades gerais e outros bens de consumo.
- **Crédito:** Composto pelas cooperativas de crédito rural e de crédito urbano, facilitando o acesso ao crédito com juros baixos e prestações adequadas para financiamentos de projetos próprios e de compras diversas.
- **Educacional:** Composto pelas cooperativas de alunos de escolas de diversos graus e pelas cooperativas de pais de alunos.
- **Especial:** Composto pelas cooperativas de deficientes mentais, escolares, de menores de 18 anos, de índios não aculturados, de deficientes físicos e de outras pessoas relativamente capazes.
- **Habitacional:** Composto pelas cooperativas de construção, de manutenção e de administração de conjuntos habitacionais e condomínios.

- **Mineração:** Composto pelas cooperativas mineradoras de minerais, metais, pedras preciosas, sal, areias especiais, calcário, etc.
- **Produção:** Composto pelas cooperativas de bens de consumo, tais como: eletro domésticos, tecidos, móveis, produtos de auto-peças, produtos mecânicos e metalúrgicos e outros bens de consumo nas quais os meios de produção pertencem à pessoa jurídica e os cooperados formam o seu quadro diretivo, técnico e funcional.
- **Serviço:** Composto pelas cooperativas de eletrificação rural, mecanização agrícola, limpeza pública, telefonia rural e outros serviços comunitários.
- **Trabalho:** Composto pelas cooperativas de arquitetos, artesãos, artistas, auditores e consultores, aviadores, cabeleireiros, carpinteiros, catadores de lixo, contadores, costureiras, dentistas, doceiras, engenheiros, escritores, estivadores, garçons, gráficos, profissionais de informática, inspetores, jornalistas, mecânicos, médicos, enfermeiras, mergulhadores, produção cultural, professores, psicólogos, secretárias, trabalhadores da construção civil, trabalhadores rurais, trabalhadores em transportes de cargas, trabalhadores de transporte de passageiros, vigilantes, projetistas, designers, outras atividades de ofício sejam técnicas e profissionais.

É importante ressaltar que esses tipos de cooperativas podem ser instituídos de várias formas, não havendo uma forma fixa, desde que sigam o padrão ideológico e sejam estruturadas de acordo com as leis que regem suas atividades.

### 3.6 AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

#### 3.6.1 Tipos e principais problemas de gestão em sociedades cooperativas agropecuárias

Segundo (JERÔNIMO et al., 2006), são identificados quatro tipos de Cooperativas agropecuárias:

a) **Cooperativas locais**, que atingem economias de escala e escopo na comercialização de *commodities* e, normalmente, são monopolistas no mercado local;

b) **Cooperativas regionais multifuncionais**, que focam na competitividade trabalhando em vários setores, como: compra de insumos, prestação de serviços e venda de produtos dos agricultores; muitas são integradas, podendo ser organizadas em centrais ou federações, e dificilmente são monopolistas nos mercados em que atuam;

c) **Cooperativas de barganha**, que se dirigem a falhas de mercado através de integração horizontal com o intuito de aumentar as margens dos produtores e garantir mercado para seus produtos; produtores de *commodities* perecíveis, em que a especificidade de ativo temporal cria uma situação de oportunismo pós-contratual potencial;

d) **Marketing cooperatives**, que é uma forma de integração vertical que compete com firmas não cooperativas com o objetivo de aumentar as margens e os preços pagos ao produtor e evitar firmas com poder de mercado.

Para Jerônimo et.al (2006), um dos principais problemas de gestão das cooperativas agropecuárias está na definição dos direitos de propriedade sobre os resíduos da cooperativa. Como a cooperativa é um bem de todos, onde os próprios produtores são os donos do negócio, percebe-se que, se esses produtores tiverem uma ideia clara de seus direitos de propriedade dos resíduos, haverá um comprometimento maior com a cooperativa, possibilitando a entrega de produtos com maior qualidade.

Zylbersztajn (2002) levanta a hipótese de que os problemas enfrentados na governança cooperativa estão relacionados ao oportunismo e aos incentivos que afetam as relações entre cooperados e cooperativa. Ressalta ainda que os aspectos que regem o cooperativismo não são suficientes para garantir baixos custos de transação entre cooperativa e cooperado.

Para este autor, o papel que o cooperado assume de duplicidade, no qual assume ao mesmo tempo, a função de dono e usuário, é visto como responsável por grande número dos problemas de administração que as cooperativas enfrentam, acarretando problemas baseados na não-separação entre propriedade e controle,

ocasionando perdas na eficiência gerencial das cooperativas, principalmente em organizações com elevado grau de complexidade.

Sendo assim, o cooperado investe capital na cooperativa, mas o valor das suas cotas não varia de acordo com o valor da empresa. E o cooperado, que trabalha como gestor, não encontra incentivos para elevar ao máximo o valor da empresa, já que isso não lhe traz vantagens, existindo apenas incentivo ao produtor para valorizar sua empresa agrícola.

Outro problema que interfere na gestão da cooperativa é a fidelização dos cooperados. As relações entre cooperado e cooperativa, segundo Zylbersztajn (2002), devem ser consideradas contratuais, uma vez que envolvem ativos específicos associados à transação. Existem investimentos realizados pela cooperativa, cujo sucesso depende da fidelidade dos cooperados, e em alguns casos há quebras de contrato, por exemplo, quando o cooperado vende a sua produção a outro comprador.

Alguns autores defendem a criação de incentivos para evitar que o produtor tenha vantagens em quebrar o contrato, seja por meio de mecanismos formais, mediante contratos que estabeleçam penalidades para aqueles produtores que descumprirem as normas, não entregando seus produtos às cooperativas das quais são filiados, ou através de programas de fidelização, que deverão ser feitos por pagamento de bonificação, estimulando a participação do cooperado e aumentando sua reputação junto aos outros produtores.

Bialoskorski (2001, p.4) ressalta que quanto maior a fidelidade, maior será a eficiência econômica do empreendimento e que:

Estratégias que tornam mais clara a participação do cooperado no capital da cooperativa são interessantes e tornam os incentivos econômicos eficientes para estimular a fidelidade, benefícios estes que o cooperado deve perceber que obtém mais se estiver organizado coletivamente do que se estivesse isolado.

Segundo este autor, existe outro grave problema na gestão de cooperativas e que afeta sua competitividade em relação às empresas capitalistas, que é a chamada estratégia de capitalização. Levando em consideração que as cooperativas formam seu capital social por meio de cotas no momento em que os cooperados se associam, isso gera grandes limitações para conseguir aumentar o capital próprio, já que muitas das vezes estes cooperados não possuem maiores recursos para investir na cooperativa.

Bialoskorski (2001) fala que devido à baixa flexibilidade em captar recursos próprios, à existência de ativos específicos e à morosidade em efetuar adaptações na linha estratégica de projetos, o custo financeiro das cooperativas é muito alto, representando ainda, um risco adicional ao agente financeiro por não serem regulamentadas por uma legislação específica de falências.

Ainda segundo a visão deste autor, em relação à capacidade de financiamento próprio destas cooperativas, sua arquitetura organizacional não gera incentivos aos associados para a sua capitalização, uma vez que a cota-parte não apresenta mercado secundário desenvolvido, e as sobras operacionais são repartidas conforme o volume de transação do cooperado com a cooperativa. Com base nestas informações, percebemos que a possibilidade de uma maior capitalização da cooperativa é cada vez menor, já que os incentivos são quase nulos para seus cooperados.

### **3.6.2 Principais vantagens das cooperativas agropecuárias**

As principais vantagens das empresas cooperativas, segundo Bialoskorski (2001), se relacionam à utilização correta de algumas particularidades: a possibilidade de melhor coordenação da cadeia agroalimentar como um todo, o estabelecimento conjunto de estratégias corporativas através de assembleias gerais com todos os associados, uma maior clareza na transferência de preços, um maior contato com o produtor, maiores oportunidades e informações.

Ainda na visão de Bialoskorski (2001), as cooperativas de nova geração são definidas como uma forma de arquitetura que mantém os princípios doutrinários do cooperativismo, como cada associado um voto e distribuição *pro rata* das sobras do exercício.

Contudo percebe-se que esses princípios trazem modificações nos direitos de propriedade para induzir a organização cooperativa a um nível maior de eficiência econômica, pois a visão e o objetivo inicial são os de mercado, não os dos produtores.

Dessa forma, nessa nova geração de cooperativas é obrigatória a capitalização do empreendimento pelo próprio associado, proporcionalmente à produção que ele entregará à cooperativa no futuro.

Sendo assim, há a garantia de que os investimentos efetuados funcionem como uma reserva para os produtores rurais, ou seja, é possível transacionar “em balcão” os direitos de entrega na cooperativa processadora. Essas novas cooperativas mantêm os princípios doutrinários, mas conseguem resolver os problemas de incentivos e de direitos de propriedade das cooperativas tradicionais.

Souza e Braga (2007), demonstram que as cooperativas agropecuárias desempenham importante papel no desenvolvimento econômico e social de seus associados, onde os retornos econômicos originam-se da inserção dos pequenos e médios produtores em mercados concentrados e da agregação de valor a sua produção.

Destacam ainda que, além da importância econômica, é relevante frisar a importância social atribuída a essas organizações, que são muitas das vezes, em certos municípios e regiões, a única forma de organização e comercialização da produção encontrada por esses agricultores.

## CAPÍTULO IV

### UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS COOPERATIVAS DE LEITE DA REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE

Neste capítulo, busca-se identificar aspectos relevantes que indiquem um bom desempenho das Cooperativas de leite na Região Noroeste Fluminense. Também visa apresentar um diagnóstico da situação em que as mesmas se encontram, bem como os principais resultados que estas trazem para a população envolvida, mediante dados obtidos em pesquisa de campo realizada.

#### 4.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A Região Noroeste Fluminense, segundo o recorte do IBGE, se compõe em treze municípios: Italva, Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José do Ubá e Varre-Sai.

O setor, objeto da análise, é constituído de cinco cooperativas, sendo elas: Cooperativa Agropecuária Vale do Itabapoana Ltda (CAVIL); Cooperativa Agropecuária de Miracema; Cooperativa Agropecuária de Itaperuna Ltda (CAPIL); Cooperativa Mista dos Produtores Rurais Vale do Carangola (COMVACA); e a Cooperativa Agropecuária de Itaocara Ltda (CAPIL).

De acordo com Veiga e Fonseca (2001), o cooperativismo é uma filosofia do homem na sociedade em que vive, um pensamento que procura construir uma nova maneira de processar a economia, baseando-se no trabalho e não no lucro; na ajuda mútua e não na concorrência e competição.

Veiga e Fonseca (2001, p.39) definem uma cooperativa como sendo:

[...] uma associação voluntária de no mínimo 20 pessoas, sem fins lucrativos, porém com fins econômicos, que exercem uma mesma atividade para realizar objetivos comuns, que para tanto contribuem equitativamente para a formação do capital necessário por meio da aquisição de quotas-partes e aceitam assumir de forma igualitária os riscos e benefícios.

Contudo, Piccinini (2004) alerta para a controvérsia existente sobre as cooperativas. Para muitos as cooperativas são vistas como falsas, já que são criadas por ex-patrões ou por ex-funcionários com cargos de chefia nas empresas. Neste caso, os motivos são atrelados à redução dos custos trabalhistas, o que resulta na precarização do trabalho. Já para outros, é vista como uma solução para o problema do desemprego.

Neste trabalho, buscou-se conhecer melhor as Cooperativas de leite do Noroeste Fluminense, através de informações coletadas, e verificar, em que medida elas respondem aos princípios do cooperativismo: adesão livre e voluntária; controle democrático e participação dos sócios; autonomia das cooperativas; educação, treinamento e formação do pessoal; integração entre as cooperativas e preocupação com os participantes.

Buscou-se, também, identificar o seu papel em termos de flexibilização do trabalho, condições de trabalho, de empregabilidade e qualidade de vida dos trabalhadores.

#### 4.2 DIMENSÕES TOMADAS COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE

Para a análise em discussão torna-se importante identificar e apresentar as principais dimensões que possibilitam verificar o papel de inserção das cooperativas no mercado de trabalho.

Os principais índices utilizados como referências para a construção dos questionários da pesquisa se basearam:

- Na **flexibilização do trabalho**, em que o processo de deterioração da sociedade ocorre em função da substituição do trabalhador estável por um trabalhador sem estabilidade e outros tipos de garantias. Este novo ambiente produtivo é influenciado pela busca constante da flexibilização do trabalho. Boyer (1987, apud PICCININI, 2004) define a flexibilidade como sendo a aptidão de um sistema ou subsistema de reagir às diversas perturbações no meio ambiente, e esta adaptação se reflete, sobretudo, na flexibilização do trabalho. Sendo assim, a crise do trabalho, que se reflete no aumento do desemprego, e conseqüentemente, na má distribuição da renda e exclusão

social, obriga os trabalhadores a buscarem novas formas de geração de renda e trabalho, através das cooperativas.

- Na **Empregabilidade**, que para Piccinini (2004), surge a partir da reestruturação produtiva implantada pelas grandes empresas que passam a reduzir seu quadro de pessoal, mantendo os mais qualificados, e fazendo com que o mercado de trabalho no Brasil se torne precarizado, oferecendo aos trabalhadores menor possibilidade de uma qualificação que lhes dê condições de empregabilidade. A partir daí, há uma tendência a informalização, que surge através de atividades alternativas ao desemprego, como as cooperativas de trabalho.
- E na **Qualidade de vida do trabalhador**, que é entendida como condições adequadas de trabalho e de vida com respeito às necessidades de sobrevivência e, também, de realização num ambiente democrático (PICCININI, 2004). Para Catalisa (2007), não é possível limitar-se apenas aos resultados materiais de uma referida atividade econômica, mas também aos benefícios sociais e ambientais, em função da qualidade de vida de seus membros.

#### 4.3 A CONSTRUÇÃO DO QUESTIONÁRIO E DESCRIÇÃO DA PESQUISA DESENVOLVIDA

Segundo Parasuraman (1991), “um questionário é um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto”.

Com base neste conceito, a elaboração da pesquisa se baseou na construção de dois questionários para a coleta de dados, sendo um questionário com trinta e cinco perguntas, destinado aos dirigentes das cooperativas, e outro, com trinta e duas perguntas para os cooperados. Os questionários foram formulados com perguntas abertas e fechadas, visando identificar os impactos que estas Cooperativas de leite trazem à região Noroeste Fluminense.

Para o levantamento das cooperativas existentes na região, foi realizada uma pesquisa no principal órgão responsável pela identificação das cooperativas registradas e efetivamente atuantes, sendo ouvidos seus principais dirigentes e, posteriormente, alguns de seus cooperados.

Mediante relação das cooperativas agropecuárias da Região Noroeste Fluminense, fornecida pela OCERJ (Organização das Cooperativas do Estado do Rio de Janeiro), foram definidas como integrantes do estudo, cinco (5) cooperativas leiteiras no Noroeste Fluminense, sendo elas: Cooperativa Agropecuária Vale do Itabapoana Ltda (CAVIL), Cooperativa Agropecuária de Miracema, Cooperativa Agropecuária de Itaperuna Ltda (CAPIL), Cooperativa Mista dos Produtores Rurais Vale do Carangola (COMVACA) e Cooperativa Agropecuária de Itaocara Ltda (CAPIL).

O procedimento para coleta de dados foi realizado através de pesquisa de campo aplicada nas cinco cooperativas citadas, mediante entrevista com seus responsáveis, em sua maioria, diretores comerciais e financeiros, sendo o preenchimento dos questionários feito pelo próprio entrevistador, para um maior aproveitamento das informações fornecidas.

Este estudo é considerado como exploratório e qualitativo, pois contribui, mediante investigação da literatura e desenvolvimento de estudo de caso, para um maior enriquecimento sobre o assunto, podendo servir como material para futuras pesquisas.

#### 4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Mediante resultados obtidos, constatou-se que as cooperativas em estudo foram criadas entre os anos de 1941 e 1976. Destaque para a Cooperativa Agropecuária de Itaperuna Ltda (CAPIL), como a mais antiga, e para a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais Vale do Carangola (COMVACA), situada em Natividade, como a cooperativa mais nova.

Consensualmente, segundo os diretores entrevistados, os fatores que motivaram a criação da organização cooperativada se basearam na necessidade de melhorar o escoamento da produção, eliminar desperdícios, reduzir custos de produção e melhorar os resultados operacionais dos cooperados.

Esta experiência confirma a visão de Gaiger (2004) de que a adesão crescente de trabalhadores a alternativas de trabalho e renda de caráter associativo e cooperativo, ao lado da multiplicação de organizações representativas e de apoio, configura, gradativamente, um novo campo de práticas de desenvolvimento de

peessoas, que possuem um objetivo único e comum, o de trazer benefícios para a população envolvida.

Alguns dirigentes afirmaram ainda que suas cooperativas surgiram através:

[...] da necessidade de adequação da produção do leite, após a queda do café na região, antes tida como grande produtora de café da região (COOP. AGROPECUÁRIA DE ITAPERUNA).

[...] do descontentamento dos produtores em ter que enviar o leite para outras localidades, o que causava grande desperdício. Devido às estradas ruins, muitas das vezes o leite chegava ao ponto de recepção estragado (COOP. MISTA DOS PRODUTORES RURAIS VALE DO CARANGOLA).

[...] da união do espírito cooperativista, do qual alguns produtores rurais, juntamente com outros produtores decidiram constituir a cooperativa em outubro de 1951. (COOP. AGROPECUÁRIA DE ITAOCARA LTDA)

Conforme os dirigentes das cooperativas, ao longo dos anos de existência, todas enfrentaram alteração em seu número de associados, seja pelo aumento, causado pela adesão de novos cooperados, ou pela desistência de outros, que passaram a vender seu produto diretamente ao consumidor ou para empresas menores.

No entanto, quando perguntados sobre qual a porcentagem de aumento ou redução que cada uma sofreu, os dirigentes não souberam informar, justificando que o número de cooperados oscila muito, “já que ao mesmo tempo em que alguns estão deixando as cooperativas, outros estão chegando”.

Porém, dirigentes de quatro das cinco cooperativas pesquisadas, afirmaram ter havido uma redução nos últimos três anos no número de cooperados, devido ao aumento da concorrência e a possibilidade de entrega do leite para outras cooperativas, até mesmo na própria localidade em que estes cooperados estão inseridos.

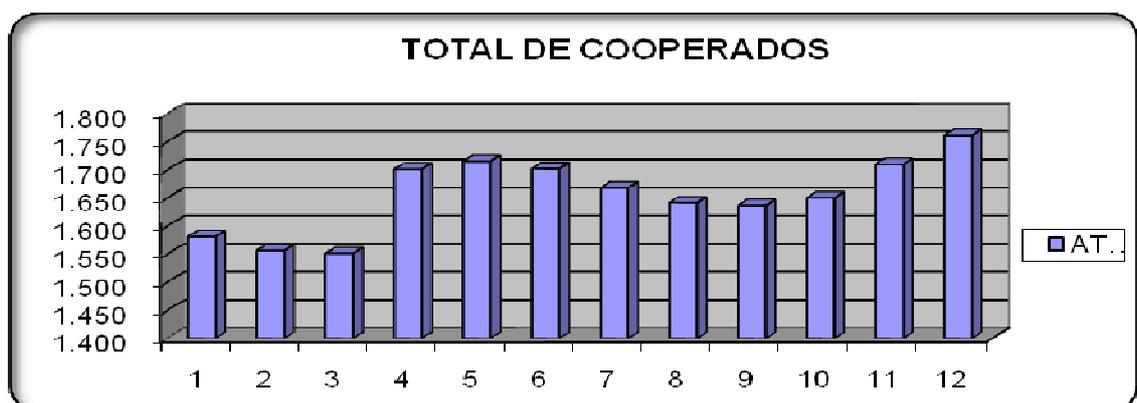
A diminuição do número de associados pode ser constatada também em pesquisa realizada com os cooperados das cooperativas analisadas, em que os entrevistados disseram que muitos dos produtores rurais estão enviando sua produção diretamente para empresas particulares. Segundo eles, empresas como a Godam, Parmalat, Nestlé, estão se inserindo na região e proporcionando aos produtores de leite, tanques de recepção, além de oferecerem um valor um pouco maior por litro de leite, uma média de R\$ 0,10 (dez centavos) a mais, o que para muitos produtores se torna um fator positivo, já que dependendo da quantidade de leite enviada, a diferença corresponde ao pagamento de salário de um funcionário

para a tiragem do leite.

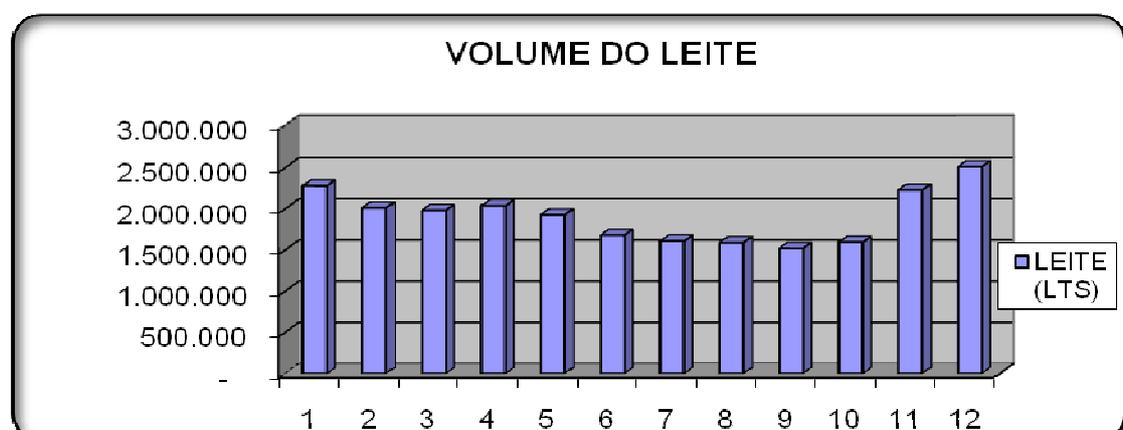
Contudo, percebeu-se que o trabalho e a credibilidade das cooperativas é forte na região, o que fez com que estas não apresentassem, em momento algum, interrupções em suas atividades.

Contrastando o que foi dito pelas outras quatro cooperativas, os dirigentes da Cooperativa Agropecuária de Itaocara Ltda, disseram que esta cooperativa não vem sofrendo os mesmos problemas, pois vem conseguindo grande credibilidade na região em que está inserida; abrangendo além de seu município, vários outros como: São Fidélis, Aperibé, São Sebastião do Alto, Cambuci e Cantagalo.

Através de gráficos referentes ao ano de 2007, fornecidos pela cooperativa e apresentados abaixo, podemos confirmar o que foi dito sobre a credibilidade, já que estes apresentam aumentos consideráveis, tanto no número de cooperados quanto na quantidade de leite enviada para esta cooperativa.



**Gráfico 1: Relação do número de associados no ano de 2007.**  
**Fonte: Cooperativa Agropecuária de Itaocara Ltda**



**Gráfico 2: Quantidade de leite enviada para a Cooperativa Agropecuária de Itaocara em 2007.**

Segundo Eid (2004), a eficiência no trabalho se desenvolve onde existem interesse e motivação comuns aos membros, podendo se obter maior uso da capacidade e maior igualdade na distribuição dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um e do coletivo.

**Tabela 1: Relação do número de cooperados**

| <b>COOPERATIVAS</b>                              | <b>Nº DE COOPERADOS</b> |
|--|-------------------------|
| Coop. Agropecuária de Itaperuna Ltda             | 1045                    |
| Cooperativa Agropecuária de Natividade (COMVACA) | 300                     |
| Coop. Agropecuária de Miracema                   | 197                     |
| Coop. Agropecuária de Itaocara Ltda              | 1700                    |
| Cooperativa Agrop. do Vale do Itabapoana Ltda    | 900                     |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>4.142</b>            |

**Fonte: Organização própria**

Conforme demonstra acima a Tabela 1, a ideia apresentada anteriormente por Eid pode ser verificada através da análise realizada nas Cooperativas de leite do Noroeste Fluminense, pois segundo informação dos dirigentes, com a participação e cooperação de seus associados, estas conseguem proporcionar benefícios a aproximadamente 4.142 cooperados, e, ainda, geram em média 490 empregos diretos e indiretos para a população, o que proporciona uma diminuição no índice de desemprego na região, além de amortecer o processo de desigualdade social.

No contexto da cadeia de suprimento, a compra do leite como matéria-prima é feita diretamente com os produtores, que após se filiarem, enviam sua produção diária para a cooperativa. Segundo informação, dada em 04/06/2008 pelos dirigentes das cooperativas, o preço médio pago aos produtores/cooperados pelo leite produzido era de R\$ 0,76 (setenta e seis centavos). Já em pesquisa realizada com os cooperados em 13/11/2008, percebeu-se que o preço do leite sofre oscilações dependendo da época do ano, pois o valor pago por litro variava entre R\$ 0,58 (cinquenta e oito centavos) e R\$ 0,60 (sessenta centavos), de acordo com as cooperativas analisadas.

Segundo as organizações cooperativadas, além de garantirem a compra de toda a produção de leite, estas oferecem ainda aos produtores, transporte gratuito para sua produção.

Verificou-se também que algumas das cooperativas analisadas, visando aumentar sua competitividade e vencer a concorrência, investiram em pontos de recepção de leite, em locais estratégicos, para facilitar ao produtor rural a remessa

de leite, sem prejudicar a qualidade do produto, como se verifica nos depoimentos:

[...] possuímos 3 pontos de recepção de leite. Um em Boa Sorte (distrito de Cantagalo), um em Valão do Barro (Sebastião do Alto) e outro em Itaocara, que atende toda a região (COOPERATIVA DE ITAOCARA).

[...] a cooperativa montou e mantém alguns tanques coletivos para a coleta de leite resfriado, atendendo a 250 produtores (COMVACA).

Na ponta da comercialização (venda) da produção, os dirigentes afirmaram que em média 80% do leite comprado dos cooperados é destinado para a venda no atacado, onde o produto é vendido ainda in natura para as grandes empresas que o transformam em iogurtes, queijos, doces e leite para consumo, visando atender às necessidades do consumidor. No entanto, vale ressaltar que a maioria das cooperativas possui também um centro de produção, destinado à industrialização de parte de seu leite em produtos acabados a fim de atender às necessidades de seus associados e do mercado consumidor local. Os clientes das cooperativas agropecuárias são em sua maioria empresas privadas que se destacam no ramo de laticínios, como demonstra a Tabela 2 abaixo.

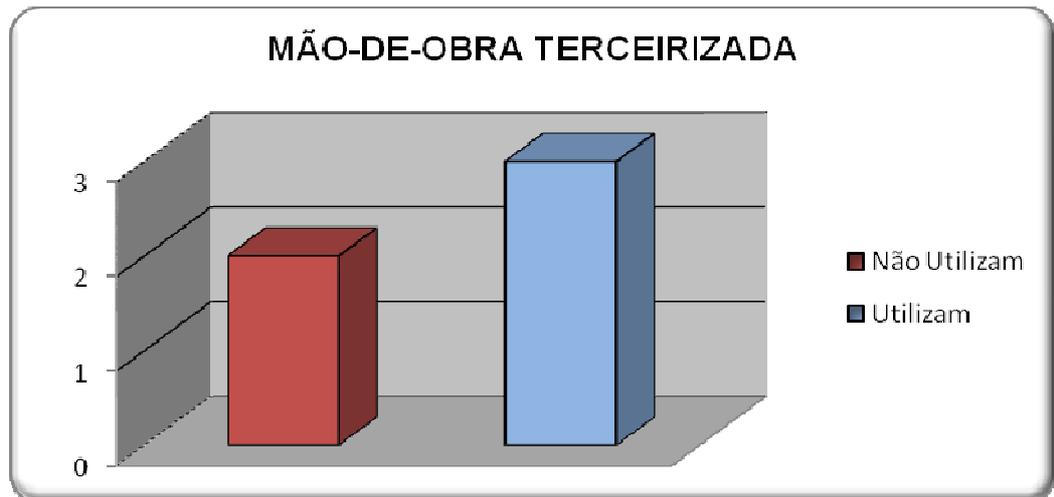
**Tabela 2: Relação dos principais clientes**

| COOPERATIVAS                            | PRINCIPAIS CLIENTES        | VENDAS DE LEITE |
|---|----------------------------|-----------------|
| Coop. Agrop. de Itaperuna Ltda          | Parmalat e Xamego Bom      | 1.800.000 l/mês |
| Coop. Agrop. de Natividade              | Nestlé, Parmalat e Da Mata | 1.000.000 l/mês |
| Coop. Agrop. de Miracema                | Parmalat, Lacta e Nestlé   | 750.000 l/mês   |
| Coop. Agrop. de Itaocara Ltda           | Nestlé e Petroaço          | 2.400.000 l/mês |
| Coop. Agrop. do Vale do Itabapoana Ltda | Parmalat e Nestlé          | 1.800.000 l/mês |

**Fonte: Dados fornecidos pelos dirigentes das cooperativas**

A terceirização do serviço é importante no contexto da redução dos custos operacionais e representa um auxílio importante para a estratégia da economia solidária que se apresenta não como uma forma de acumular riquezas, mas sim como uma forma de reduzir as desigualdades e garantir novamente a inserção de pessoas, antes excluídas pelo capitalismo, ao mercado de trabalho.

Como demonstra o gráfico abaixo, três das cooperativas entrevistadas responderam utilizar mão-de-obra terceirizada, já que as experiências têm demonstrado que a contratação de serviços para o transporte de leite apresenta um menor impacto nos custos, quando comparada aos associados ao vínculo empregatício.



**Gráfico 3: Relação de cooperativas que utilizam mão-de-obra terceirizada**

Segundo Singer (2002), para que a autogestão apresente resultados, é necessário que seus membros estejam atualizados em relação às questões de organização da produção e do trabalho, controles administrativos e comerciais, a fim de implementarem idéias novas e criativas que auxiliem na construção da viabilidade, no planejamento da demanda para tornar o empreendimento eficiente e capacitado para sobreviver no mercado.

Entretanto, no caso investigado, observam-se indicações contraditórias ao relato acima, o qual vê o modelo de cooperativas como organizações democráticas controladas por seus membros, participando ativamente na formulação de políticas e nas tomadas de decisões.

Verificou-se que a forma de administração praticada pelas cooperativas da Região Noroeste Fluminense é centralizada, partindo da premissa de que 100% dos dirigentes entrevistados afirmaram que as decisões mais importantes são tomadas pelos presidentes e diretores, mediante assembleias e reuniões com os conselhos administrativos das cooperativas.

Constatou-se que em nenhum momento foi mencionada a prática de reuniões com todos os cooperados, o que confirmou a existência de uma gestão não-participativa, sem um maior envolvimento dos maiores interessados, os cooperados.

A existência de uma gestão centralizada pode ser também ratificada, em função das respostas dos cooperados de algumas cooperativas. Dos dez cooperados entrevistados, seis afirmaram não participar das decisões. Segundo esses interessados as reuniões são realizadas pelo Conselho Administrativo e por seus diretores e muitas das vezes estes não são sequer comunicados sobre as mesmas. Em contrapartida, outros cooperados disseram que as eleições e decisões

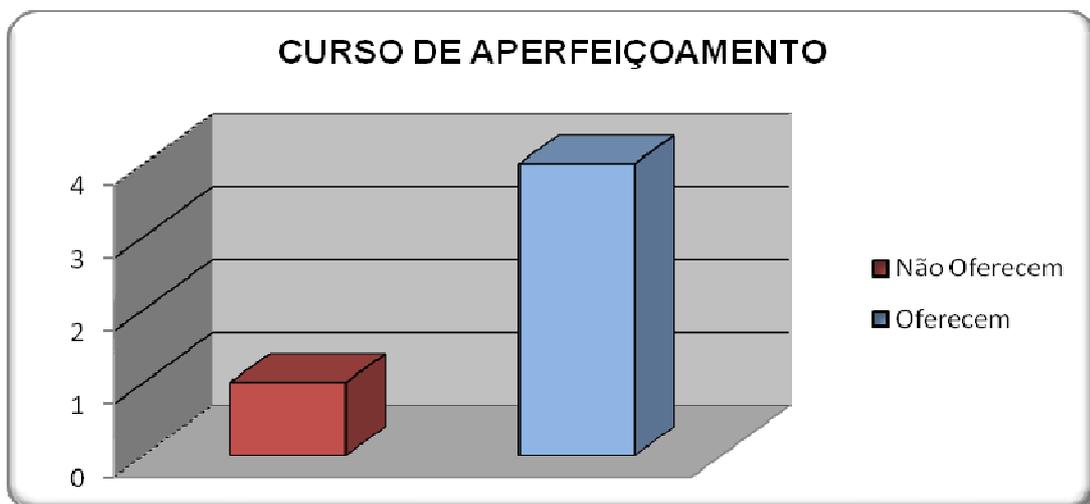
são realizadas com a participação de todos os cooperados que estão atuantes na cooperativa.

Bignetti (2002) indica que a velocidade com que ocorre a competição tecnológica desafia os dirigentes das organizações a adotarem novas posturas estratégicas e a conceberem novas formas de desenvolvimento de tecnologias, visando à criação de oportunidades de mercado para seus produtos.

Conforme análise, percebemos que a situação das cooperativas não é diferente, pois se torna cada vez mais visível a necessidade destas empresas buscarem um índice mais elevado e eficaz de capacitação em sua produção. Paralelamente, é fundamental a necessidade de internalizar conhecimento para que possam garantir sua competitividade e oferecer produtos e serviços inovadores.

Considerando que é de responsabilidade das cooperativas a promoção da educação e a disseminação da informação para com os seus associados, as mesmas devem assumir o importante papel de desenvolvimento individual através da coletividade.

Conforme demonstra o quadro abaixo, dirigentes de quatro das cooperativas entrevistadas disseram que estão preocupados com a melhoria do processo de produção e, por isso, oferecem cursos de aperfeiçoamento a seus associados. Dentre os cursos oferecidos foram destacados: Cursos de laboratório para análise do leite; programas de qualidade do leite (envolvendo palestras sobre qualidade do leite, higiene, iluminação, pastagens, irrigação, etc); cursos sobre melhoria do rebanho e inseminação artificial; PAS (Programa de boas práticas que visa garantir qualidade nos produtos dentro das especificações em nível internacional).



**Gráfico 4: Relação de cooperativas que oferecem cursos de aperfeiçoamento**

Para oferecer estes cursos aos seus cooperados, segundo informação dos dirigentes, geralmente as cooperativas recebem apoio e incentivos do governo, através de programas de apoio, como os do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Contradizendo o que foi dito pelos dirigentes das cooperativas, oito dos cooperados entrevistados disseram que as cooperativas não oferecem nenhum tipo de cursos de aperfeiçoamento.

Um dos incentivos maiores em termos financeiros, segundo os representantes das cooperativas, é o repasse do ICMS, em que as cooperativas repassam para os cooperados 12,28% a.m. sobre o valor total pago a eles pela compra do leite, sendo estes valores, posteriormente descontados no valor do ICMS pago ao governo.

Embora estas cooperativas se mostrem interessadas na inovação e melhoria do processo, não oferecem incentivos e financiamentos de equipamentos para seus associados, o que foi confirmado também pelos cooperados.

Todos os associados recebem com base na produção, podendo o valor recebido ser alterado devido às sazonalidades que ocorrem na produção de leite, no decorrer do ano. Conforme informado, as cooperativas possuem um programa denominado “Matéria Gorda”, que exige uma porcentagem mínima de 3,1% de teor de gordura no leite. Quando excedida esta porcentagem, a cooperativa multiplica o excedente do teor de gordura exigido pela quantidade de litros de leite e paga um “plus” para o cooperado. Como incentivo ao aumento de teor de gordura no leite, as cooperativas oferecem um tipo de ração própria a preços mais baixos aos cooperados.

Os diretores, em sua maioria, possuem um pró-labore definido, e geralmente são escolhidos através de eleição a cada dois anos. Já os gerentes dos açougues, postos de gasolina, farmácias e lojas existentes nas cooperativas são escolhidos ou indicados pelos próprios diretores, demonstrando não haver um processo de recrutamento e seleção profissionalizado. Contudo, segundo informações dos diretores, há pouca rotatividade nos cargos de gerência dos setores das cooperativas.

Relativo ao tema qualidade de vida, Rodrigues (1999) apresenta a visão de que é representativa do objeto de preocupação da raça humana, mesmo em outros contextos. Na verdade ela está sempre voltada para facilitar ou trazer satisfação e bem-estar ao trabalhador na execução de suas tarefas.

Essa questão foi conduzida na pesquisa, ao perguntar se a cooperativa está

preocupada com a qualidade de vida de seus cooperados. Como resultado apurado, quatro das cooperativas afirmaram estar preocupadas com a qualidade de vida dos cooperados, oferecendo algum tipo de benefício, tais como: convênios com planos de saúde e odontológico; garantia de melhor remuneração do leite produzido; descontos em produtos veterinários, ferramentas e rações; convênios com universidades para cooperados e seus filhos; assistência veterinária gratuita para o rebanho dos cooperados; programas de inseminação artificial para os cooperados; seguro de vida; equipamentos de segurança e treinamento para uso, além de um bom ambiente de trabalho.

Percebe-se que quase todas as cooperativas propiciam um ou mais benefícios para os cooperados. As que ainda não oferecem benefícios concretos, declararam estar em processo de planejamento ou em fase de implementação de outras formas de benefícios.

Ao analisar as respostas dos cooperados percebemos certo descontentamento, pois ao serem perguntados se as cooperativas oferecem algum tipo de benefício para seus associados, cooperados da mesma cooperativa possuem respostas diferentes, o que gera dúvida na veracidade das respostas fornecidas pelos cooperados.

De acordo com os dirigentes entrevistados, a maior parte dos cooperados vê a cooperativa como sua propriedade, no entanto é notável também que alguns visualizem a cooperativa como uma parceira, que possibilita uma melhor forma de se desenvolverem profissionalmente, com segurança e comodidade.

Com relação à classificação de confiança entre os participantes da organização cooperativada, os dirigentes afirmam existir um alto índice de confiança. As respostas foram variadas, mas a confiança, de modo geral, foi avaliada de forma positiva como veremos abaixo:

[...] os cooperados entregam a produção, confiando que no final do mês o pagamento estará no banco (**COOPERATIVA DE BOM JESUS DO ITABAPOANA**).

[...] muitos veem a cooperativa como uma forma de garantir a produção, pois sabem que se a cooperativa acabar a venda da produção ficará ameaçada (**COOPERATIVA DE ITAOCARA**).

[...] sabemos do alto índice de confiança, através de pesquisa de satisfação realizada com nossos cooperados, onde 82% afirmam estarem satisfeitos com a cooperativa e sua gestão (**COOPERATIVA DE NATIVIDADE**).

Quando perguntamos aos cooperados sobre como classificam a relação de confiança entre os participantes da organização cooperativada, as respostas variaram entre baixa e média, existindo indicação de insatisfação entre os cooperados, já que sobressaíram algumas colocações tais como: “os dirigentes se beneficiam dos lucros existentes”, “a cooperativa valoriza mais o produto que o produtor” e “na maioria das vezes os cooperados são usados para interesse de suas diretorias”.

Com relação à oportunidade dada aos cooperados de apresentarem reclamações e sugestões para as cooperativas, foram identificadas algumas principais das quais transcrevo abaixo:

“Que as cooperativas sejam administradas por um profissional e não por diretorias que recebem altos salários e não agregam nenhum valor produtivo”.

“Que as cooperativas valorizem mais os produtores e não o produto, e que os produtores tomem consciência que a cooperativa é sua e não dos dirigentes”.

“É necessário que as cooperativas aumentem o preço pago aos produtores pelo leite fornecido, para que assim possam competir com as empresas particulares que estão instalando tanques de recepção dentro da área de atuação das cooperativas”.

“As cooperativas deveriam se aproximar de outras instituições, exemplo prefeituras, e fornecer serviços de infra-estrutura para que o produtor pudesse evoluir em todas as fases do processo produtivo, com acompanhamento técnico qualificado para atingir os objetivos previamente estabelecidos”.

“Melhorar o preço do leite rápido, porque senão iremos quebrar !!!”.

Contudo é visível que algumas cooperativas da região Noroeste Fluminense vêm enfrentando problemas, por não conseguirem atingir um índice maior de satisfação de seus cooperados. O que segundo Jerônimo et.al (2006) não acontece com a cooperativa agropecuária localizada no Vale do Taquari, região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, onde a cooperativa insere-se numa perspectiva mais ampla de desenvolvimento da região na qual atua, pela produção, industrialização e comercialização de produtos obtidos, sobretudo, de pequenos e médios produtores rurais associados.

Segundo este autor para se adequar a essas transformações no ambiente competitivo, a administração estratégica dessa cooperativa agropecuária tem implantado diferentes mudanças, em termos de estratégias corporativas, obtendo relativo sucesso, pelo contínuo apoio aos produtores associados e a contribuição ao

desenvolvimento rural.

Desse modo, considerando o objetivo geral deste trabalho de verificar em que medida essas organizações respondem aos princípios do cooperativismo: adesão livre e voluntária; controle democrático e participação econômica dos sócios; independência e autonomia das cooperativas; educação, treinamento e formação do pessoal; integração entre as cooperativas e preocupação com os participantes, os principais resultados observados podem ser apresentados e sintetizados no quadro abaixo:

| <b>PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO COOPERATIVISMO</b>                    | <b>SÍNTESE</b>  |
|---|---|
| <b>1. Adesão livre e voluntária.</b>                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>• A adesão acontece através da necessidade de melhorar o escoamento da produção, eliminar desperdícios, reduzir custos de produção e melhorar os resultados operacionais dos cooperados.</li> <li>• Surge da livre iniciativa dos integrantes, que não podem ser coagidos a entrarem ou ficarem nela.</li> </ul> |
| <b>2. Controle democrático e participação econômica dos sócios.</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os dirigentes são escolhidos mediante eleição, tendo cada cooperado direito a um voto;</li> <li>• A forma de administração das cooperativas foi identificada como centralizada, pois foi constatado que as decisões são tomadas somente pelos dirigentes.</li> </ul>   |
| <b>3. Independência e autonomia das cooperativas.</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>• As cooperativas apresentam autonomia, já que seus dirigentes são escolhidos pelos cooperados através de eleições.</li> </ul>   |
| <b>4. Educação, treinamento e formação de pessoal.</b>              | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Quatro, das cinco cooperativas entrevistadas dizem estarem preocupados com a melhoria do processo de produção e por isso oferecem cursos de aperfeiçoamento a seus associados;</li> </ul>  |
| <b>5. Interação entre as cooperativas.</b>                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foi identificada relação de interação entre as cooperativas entrevistadas, já que existe competição entre elas.</li> </ul>   |

|   |  |
|---|--|
| <b>6. Preocupação com os participantes.</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>• Participação e cooperação entre seus associados, além de proporcionar benefícios a aproximadamente 4.142 cooperados;</li><li>• Geração de cerca de 490 empregos diretos e indiretos para a população, o que proporciona uma diminuição no índice de desemprego na região, gerando uma redução nas desigualdades sociais;</li><li>• Garantia de compra de todo o leite produzido, além de oferta de transporte para os produtores.</li><li>• Utilização de mão-de-obra terceirizada, representando uma redução nos custos operacionais, possibilitando a geração de um maior número de empregos.</li><li>• Das cooperativas pesquisadas, quatro delas também oferecem algum tipo de benefício, tais como: convênios com planos de saúde e odontológico; garantia de melhor remuneração do leite produzido; descontos em produtos veterinários, etc.</li></ul> |
|---|--|

## CAPÍTULO V

### CONCLUSÃO E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

#### 5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho investigou o processo operativo das cooperativas de leite da Região Noroeste Fluminense, de forma a identificar a ausência ou a presença dos fundamentos oriundos do modo organizativo de Economia Solidária, segundo orientações da literatura corrente.

A análise do setor levou em consideração os elementos de adesão livre e voluntária; controle democrático e participação econômica dos sócios; independência e autonomia das cooperativas; educação, treinamento e formação de pessoal; interação entre as cooperativas e preocupação com os participantes.

Indicações importantes convergiram para o entendimento de que o sistema cooperativo é relevante para a região, já que os produtores em sua individualidade teriam muitas dificuldades para escoar o seu produto. A organização permitiu maior garantia de escoamento da produção com melhor qualidade, além da criação de empregos que dinamiza a economia local.

O processo de adesão se apresenta livre e voluntária, possibilitando mobilidade aos associados que podem entrar ou sair no momento que achar conveniente. Entretanto, a sua participação parece se concentrar no fornecimento da matéria prima, já que a administração das cooperativas é fortemente centralizada. Foi constatado que as decisões são tomadas somente pelos dirigentes, não havendo a participação dos cooperados interessados.

As cooperativas apresentaram uma condição de independência e autonomia. Cada unidade tem a liberdade de escolher seus dirigentes, escolhidos pelos cooperados através de eleições, que lhes atribuem plenos poderes para tomarem as decisões necessárias e cabíveis à cooperativa.

No que diz respeito ao processo de qualificação e formação dos interessados, condição importante para qualificar o sistema, foi observada certa divergência entre

a opinião dos diretores e produtores, havendo contradições nas afirmações de investimentos apresentadas por alguns dos produtores. Como a sustentabilidade do negócio depende da melhoria dos processos, que por sua vez está atrelada à capacitação dos produtores, essa divergência deixa certa preocupação.

Outro ponto importante observado foi a ausência de interação entre as cooperativas. O estudo concluiu que o que prevalece é a concorrência entre elas, pois apesar de operarem no mesmo ramo, estas se encontram em regiões muito próximas. Este fato representou um indicador negativo, já que, baseado na literatura sobre o tema, a ausência de cooperação e reciprocidade entre pequenas organizações produtivas implica custos operacionais mais elevados e, portanto, mais dificuldades para maximizar os lucros.

Finalmente, no que diz respeito à preocupação com os participantes, um conjunto de ações foi anunciado pelos dirigentes, tais como:

- a) Inserção no mercado e geração de empregos direta ou indiretamente para a população;
- b) Garantia da compra de toda a produção;
- c) Oferta de transporte gratuito para o envio da produção para as cooperativas;
- d) Oferta de convênios com planos de saúde e odontológico, com universidades para os cooperados e seus dependentes, descontos em produtos veterinários, e outros benefícios.

O resultado do estudo também possibilitou o entendimento de que a organização da produção em cooperativas evoluiu em função do próprio processo de organização. Os produtores que antes estavam à margem do mercado consumidor, ou em situação de dificuldade, passaram a inserir-se neste modelo, de forma a obter benefícios mais concretos e duradouros não num esforço individualista, mas num esforço de ordem para coletividade.

Entretanto, em alguns momentos, no processo concorrencial, os cooperados redirecionam a matéria-prima antes enviada para as cooperativas, para outras empresas que operam fora da organização cooperativada, causando dificuldades ao sistema e alimentando desconfianças e incertezas em relação à sustentabilidade do negócio.

Levando em consideração que a Região Noroeste Fluminense é composta por 13 municípios (Italva, Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de

Pádua, São José do Ubá e Varre-Sai), e apenas cinco deles possui Cooperativas Agropecuárias, o equivalente a somente 38,5% dos municípios da Região Noroeste, percebemos que a realidade das Cooperativas Leiteiras é complicada, já que demonstra uma grande dificuldade destas conseguirem se inserir e se manterem no mercado.

Através de estudos mais profundos na literatura sobre as formas de organização das cooperativas, pode-se verificar que algumas organizações têm buscado se organizar como cooperativas, para se isentarem das obrigações legais e de garantias trabalhistas, tentando burlar as exigências burocráticas impostas pelo governo.

No entanto, através de pesquisa de campo realizada, e um contato mais próximo com os dirigentes das Cooperativas Leiteiras do Noroeste Fluminense e seus cooperados, vimos que embora seu número seja baixo, estas cooperativas, embasadas nos princípios do cooperativismo, se apresentam como uma forma de redução das desigualdades sociais, trazendo aos produtores benefícios relevantes no contexto em que estão inseridos.

## 5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A abrangência desta pesquisa se limitou em investigar os resultados que as Cooperativas Leiteiras do Noroeste Fluminense apresentam à população, mediante estudos sobre as formas de organização dessas cooperativas.

Como sugestão para trabalhos futuros, é interessante que sejam explorados assuntos que estejam além desta pesquisa. Visando realizar o estudo em outros tipos de cooperativas, buscando identificar se existem situações diferentes às das Cooperativas Leiteiras em termos de inserção de trabalhadores excluídos no mercado de trabalho, e se estas proporcionam outros tipos de benefícios para os envolvidos, que até aqui não foram identificados

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. **Globalização e sociedade civil: repensando cooperativismo no contexto da cidadania ativa**. Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social. Petrópolis: Vozes, 1996.

BIALOSKORSKI, S. **Agronegócio cooperativo**. In: BATALHA, M. (Org.). Gestão agroindustrial. São Paulo: Atlas, 2001.

BIGNETTI, L. P. **O Processo de Inovação em Empresas Intensivas em Conhecimento**. Revista de Administração Contemporânea, v. 6, n. 3, p.33-53, Set./Dez. 2002.

BOYER, R. **Flexibilité du travail: des formes contrastées des effets mal connus**. *Les Cahiers Économiques de Bruxelles*, n. 113, p. 207-245, 1º trimestre. 1987.

CAMACHO, I. **Economía alternativa en el sistema capitalista**. Revista de Fomento Social, n. 51: 319-340,1996.

CASTEL, R. **Central de trabalho e coesão social**. In: KERGOAT, J. et alii (orgs.) *Le Monde du Travail*, La Découverte, Paris, 1998. Uma síntese deste artigo apareceu em: CASTEL, R. "La fin du travail, un mythe démobilisateur", *Le Monde Diplomatique*, setembro/1998.

CATALISA-REDE DE COOPERAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE. **A economia solidária: a cooperação nas relações de trabalho**. 2007.4p. Disponível em: <<http://www.catalisa.org.br/site/geral/economia-solidaria-a-cooperac-o-nas-relac-es-detrabalho.html>> Acesso em: 20/10/2008.

COHN, A. **Reconfigurações da questão social no Brasil**. Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro: IBASE, v.7, p. 71-76,2003.

CORAGGIO, J. Luis. **"Economia Urbana: La Perspectiva Popular"**. Quito: Fronesis, 1994.

\_\_\_\_\_. **Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado**. Revista Proposta, n. 72: 30-38, 1997.

CORAGGIO, J. L. **Da Economia dos setores populares à economia do trabalho**. In \_\_\_\_\_ . Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

COZERO, P. T. **As sociedades cooperativas no Brasil e suas especificidades: O cooperativismo contribuindo para o desenvolvimento social**. 2005.13 p. Disponível em: <[http://www.franca.unesp.br/artigos/Paula\\_Talita.pdf](http://www.franca.unesp.br/artigos/Paula_Talita.pdf)>. Acesso em: 28/10/2008.

CUNHA, G. C. **Economia solidária e políticas públicas: Reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP.** 2002. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Universidade de São Paulo- Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, São Paulo, 2002.

DE MASI, D. **O futuro do trabalho, fadiga e ócio na sociedade industrial.** Rio de Janeiro: José Olímpio; Distrito Federal: UNB, 1999.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **A Situação do Trabalho no Brasil.** São Paulo, 2002.

DOIMO, A. **A vez e a voz do popular.** São Paulo: ANPOCS/Relume-Dumará, 1995.

EID, F. **Educação e Sócio-Economia Solidária – Paradigmas de Conhecimentos e de Sociedades,** 1. Cácares: UNEMAT, 2004.

FERREIRA, C. G.; BERTUCCI, J. O. **A economia popular solidária em Belo Horizonte – um estudo exploratório.** Texto para Discussão do centro de desenvolvimento e planejamento regional da UFMG, no. 255, 2005.

GAIGER, L. **Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular?** In: GAIGER, L. (Org.) Formas de combate e de resistência à pobreza. São Leopoldo: UNISINOS, 1996, p. 101-126.

\_\_\_\_\_. **Sentido e possibilidades da economia solidária hoje.** In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.* Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: Cese, Ucsal, 2000b.

\_\_\_\_\_. **A solidariedade como alternativa econômica para os pobres.** Renovação, v. 319, p. 2 – 13, 2003.

\_\_\_\_\_. **A economia solidária frente a novos horizontes.** Jornal da Economia Popular Solidária, Porto Alegre, p. 4 - 4, 30 abr. 2004.

GAIGER, L. I. G.; ASSEBURG, H. B. **A economia solidária e a redução das desigualdades.** In: IX Encontro de Economia Região Sul - ANPEC-SUL, 2006, Florianópolis. IX Encontro de Economia Região Sul - ANPEC-SUL, 2006.

JERONIMO, F. B; MARASCHIN, A. de F; SILVA, T. N. **A gestão estratégica de sociedades cooperativas no cenário concorrencial do agronegócio brasileiro: estudo de caso em uma cooperativa agropecuária gaúcha.** Teoria e Evidência Econômica, *Passo Fundo*, v. 14, n. 26, maio 2006.

LAVILLE, J.L. (dir.) (1994). *L'économie solidaire; une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2. 2002, UNICAMP.

LISBOA, A. de M. **Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites**. RAE. Jul/Set. 2005, p. 109 – 115.

MALASSISE, R. L. S., ALVES, R. **Condições de vida e trabalho na economia solidária e na economia capitalista**. In: III Encontro Internacional de Economia Solidária, 2005, São Paulo. Anais do III Encontro Internacional de Economia Solidária, 2005. v.1.

MARX, K. **O Capital**, livro I, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.

MEDEIROS, M. **O que Faz os Ricos Ricos: o Outro Lado da Desigualdade Brasileira**. São Paulo, Hucitec / ANPOCS. 2005.

Ministério do Trabalho e Emprego - Plano Nacional de Qualificação: Termo de Referência em Economia Solidária, 2003.

NERY, J.N.; ANDRADE, N. R.M. Código Civil Anotado e Legislação Extravagante. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. V.1. 1790 p.

NUÑEZ S, O. **O manifesto associativo e autogestionário**. Manáguá,1998.

OCB-BRASIL. **Evolução no Brasil**. Brasil Cooperativo.coop.br. Disponível em: [http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao\\_no\\_brasil.asp](http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp). Acesso em: 20 out.2008.

PARASURAMAN, A. **Marketing research**. New York: Addison-Wesley Publishing Co, 1991.

PICCININI, V.C. **Cooperativas de Trabalhos de Porto Alegre e Flexibilização do Trabalho**. Sociologias (UFRGS), Porto Alegre, v. 12, p. 68-105, 2004.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia; a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, FGV,1996.

RAZETO, L. **Economia de solidariedade e organização popular**. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ F. (Orgs). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

\_\_\_\_\_. **Los caminos de la economía de solidaridad.** Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas, 1997.

RODRIGUES, M. V. C. **Qualidade de vida no trabalho: educação e análise no nível gerencial.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ROSINHA, G. A. A.. **As cooperativas como forma alternativa de sociedade empresária, considerações sobre a doutrina e a lei n.º 5.764/71 em especial.** Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/interno-publicacoesDireito2007.php>. Acesso em: 28/10/2008.

SILVA, C. da. **Dissolução e Liquidação de Cooperativas.** Goiânia: Gráfica Bandeirante Ltda, 2001, p. 33-35.

SINGER, P. **Possibilidades da Economia Solidária no Brasil** In: CUT BRASIL. **Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT.** São Paulo: CUT, 1999a: 51-60.

SINGER, P. I. (Org); SOUZA, A.R. (ORG). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Economia Solidária: um modo de produção e distribuição.** In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000b.

\_\_\_\_\_. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, U. R. de; BRAGA, M. J. **Diversificação concêntrica na cooperativa agropecuária: um estudo de caso da Comigo.** *Gestão e Produção (UFSCar)*, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 169-179, 2007.

TIRIBA, L. V. **Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado,** in *Educação e crise do Trabalho: Perspectivas de final de século*, Org. Gaudêncio Frigotto – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TIRIBA, L. V. **O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal.** *Proposta/Fase*, nº97, jul./ago. 2003. p. 38-49.

VEIGA, S. M.; FONSECA I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação.** Rio de Janeiro: DP&A/Fase, 2001 (Série Economia Solidária).

ZYLBERSZTAJN, D. **Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas.** In: BRAGA, M. J.; REIS, B. dos S. (Org). Agronegócio cooperativo – Reestruturação e estratégias. Viçosa, 2002.

WAUTIER, A. M. T. G. E. **As relações de trabalho nas organizações de economia solidária - um paralelo Brasil-França.** 2004. 256f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre.

## **APÊNDICE A**

**PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM  
DESENVOLVIMENTO – SECRETARIA NACIONAL DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA – SENAES/MTE**

O Programa *Economia Solidária em Desenvolvimento* tem como objetivo promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. Está relacionado com os objetivos da política setorial do Ministério do Trabalho e Emprego, que se fundamenta no crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e na redução das desigualdades sociais, desenvolvendo políticas de fomento e estímulo às atividades econômicas orientadas e organizadas pela autogestão.

A Economia Solidária tem se constituído em política transversal no interior do Governo Federal, se mostrando um importante instrumento de combate à pobreza e geração de inclusão social. Singer (2000).

O modelo tradicional da relação de trabalho capitalista foi fragilizado pelas mudanças estruturais, de ordem econômica e social. Havendo um aumento da informalidade e a precarização dos contratos de trabalho, o que levou a uma tendência ao desemprego em massa. Os trabalhadores passaram então a abdicar de seus direitos sociais para garantir sua sobrevivência, e por outro lado, a crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, que surgiram da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda.

Nesta nova realidade, o Ministério do Trabalho e Emprego assume, além das iniciativas de emprego e de proteção dos trabalhadores assalariados, o desafio de implementar políticas que incluam as demais formas de organização do mundo do trabalho e proporcionem a extensão dos direitos ao conjunto dos trabalhadores. As políticas de geração de renda para a inclusão daqueles menos favorecidos na sociedade, com a finalidade de que exerçam a cidadania com dignidade, tem, obrigatoriamente, que levar em consideração, em níveis iguais de importância, tanto o emprego quanto a relação de trabalho.

Conforme menciona o site do Ministério do Trabalho, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – foi criada em junho de 2003, pelo próprio Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - e ao longo do ano desenvolveu ações de estruturação interna, de interlocução com a sociedade civil com os diversos setores do próprio MTE e com outros órgãos governamentais. O objetivo da SENAES, em concordância com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego, é combater a desigualdade e a exclusão social mediante a operacionalização do Programa

### **Economia Solidária em Desenvolvimento.**

Para chegar a seu objetivo, a SENAES busca integrar e articular diversas políticas que vem sendo desenvolvidas pelo Governo Federal, além de idealizar instrumentos para potencializá-las. Exemplos podem ser observados tais como: com o Ministério do Desenvolvimento Social, articulando-se com os Programas Fome Zero, Bolsa- Família e com a Política Nacional de Assistência Social; com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e da Secretaria de Agricultura Familiar; com as Secretarias Especiais de Pesca e Aquicultura e de Promoção da Igualdade Racial, entre outros.

Para operacionalizar estas ações e como estratégias de implantação de suas Políticas, a SENAES/MTE trabalha em parceria com a Fundação Banco do Brasil, com a qual firmou convênio para desenvolver o Programa Trabalho e Cidadania. Através deste Programa a SENAES tem realizado parcerias com entidades da sociedade civil ligadas à Economia Solidária e que auxiliam na implantação da política. A partir de 2004, a SENAES passou a contar com seu orçamento próprio. Passando a ter como principal desafio a implementação e o desenvolvimento do Programa Economia Solidária e a institucionalização dos procedimentos de execução de suas políticas e dos recursos orçamentários disponíveis. Este ano foi uma fase de experimentação, onde a partir das demandas apresentadas pela sociedade civil e pelas políticas do Governo Federal, a SENAES ampliou a esfera de suas ações e experimentou diferentes instrumentos para o desenvolvimento de sua política e realização de seus objetivos.

Baseada na experiência de 2004, a partir de 2005, foi possível amadurecer algumas políticas, definir prioridades e consolidar instrumentos que levassem ao fortalecimento da economia solidária no Brasil. O primeiro passo para a atuação da Secretaria no apoio efetivo aos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil foi o levantamento de informações mais completas e o mapeamento tanto dos empreendimentos como das organizações de apoio, associações e ações dos governos locais. Ocorrendo pela implementação, em 2004, do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SNIES.

Segundo Ferreira e Bertucci (2005), o programa para o mapeamento foi posto em prática, através da elaboração de referenciais técnicos e conceituais pela equipe da Secretaria para uma melhor definição dos empreendimentos e das atividades da Economia Solidária. Sendo definidos quatro pontos conceituais principais, sobre os

quais deve haver constante reflexão e debate por parte dos grupos já formados e em processo de organização. São eles: autogestão, cooperação, dimensão econômica e solidariedade. Os grupos que poderão ser classificados como empreendimentos de ES devem seguir essa primeira definição conceitual, que permite uma definição mais técnica e prática e menos política, apesar da impossibilidade de dissociação completa desses dos critérios.

Ferreira e Bertucci (2005) dizem ainda que o levantamento será executado em parceria com as organizações não governamentais e fóruns estaduais de ES de cada região do país. Essas organizações, que têm maior conhecimento dos empreendimentos e da sua região específica, são as mais indicadas para esse processo, pois já vêm trabalhando com os grupos populares diretamente. Porém, deve haver uma articulação completa e coordenada entre as ações locais e nacionais, assim como a capacitação de agentes das regiões, indicados pelas organizações, para a execução do mapeamento.

A elaboração do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento e a definição de suas ações e prioridades para 2005 e 2006 expressaram a plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o diálogo com a sociedade. Buscando uma maior articulação com as demais políticas de geração de trabalho e renda, de combate à pobreza e de inclusão social do Governo Federal e de outros entes federativos.

### **Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES**

O Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES foi criado em junho de 2003, por decisão do Presidente da República no mesmo ato da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Trata-se de um órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, e surgiu com a finalidade de funcionar como órgão consultivo e propositivo entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Visa promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Suas atribuições principais foram definidas como: a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução destas

ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária. O CNES visa garantir a representação efetiva tanto da sociedade como do Estado, a fim de proporcionar o aprimoramento permanente das políticas públicas para a economia solidária.

Seus objetivos principais são:

- elaborar e propor medidas para a articulação de Políticas de Finanças Solidárias, em suas múltiplas modalidades, ampliando a escala de suas operações, os serviços financeiros prestados e legitimando novas institucionalidades econômicas;
- intervir na reformulação do arcabouço legal que regula as cooperativas e propor a adoção de um Estatuto do Empreendimento Autogestionário, que permita consolidar sua identidade, implementar um sistema de proteção a seus trabalhadores e orientar as ações de fiscalização;
- difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionários, com a promoção do desenvolvimento de tecnologia adequada; apoiar materialmente as agências de fomento da economia solidária; articular cadeias produtivas, ampliando a produção, distribuição e consumo dos produtos da economia solidária, apoiando o consumo ético e o comércio justo;
- estimular e promover a produção de conhecimento voltado para a Economia Solidária, articulando para tanto políticas de educação e de pesquisa; definir um sistema de acompanhamento e de avaliação de seu desenvolvimento; disseminar experiências bem sucedidas e disponibilizar um sistema de informações;
- fortalecer os espaços de organização e de participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais, na formulação de políticas públicas para a economia solidária e implantar o Conselho Nacional de Economia Solidária.

O Conselho é composto por 56 entidades, divididas entre três setores: 19 representantes do governo, 20 representantes de empreendimentos da economia solidária e 17 representantes de entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária, conforme Decreto nº 5811, de 21 de junho de 2006 que dispõe sobre sua composição, estruturação e funcionamento.

O Conselho Nacional de Economia Solidária é constituído pelas seguintes instâncias:

- **Plenário** – Instância máxima de decisão do Conselho Nacional de Economia Solidária, composta pelos 56 representantes das entidades que integram o CNES.

- **Comitê Permanente do CNES** – Instância responsável em preparar as pautas das reuniões, juntamente com a Secretaria do CNES e auxiliar o Presidente nos encaminhamentos das proposições aprovadas em plenário.
- **Comitês Temáticos** – São responsáveis por estudar, debater, elaborar propostas e oferecer subsídios, recomendações e pareceres, de forma crítica e analítica, sobre temas específicos relacionados às políticas públicas para a economia solidária. O CNES estabeleceu cinco Comitês Temáticos: Comercialização, Redes e Cadeias de Produção e Consumo; Crédito e Finanças Solidárias; Formação e Assistência Técnica; Institucionalidade da Política Nacional e Marco Jurídico.
- **Secretaria Executiva do CNES** – Tem por finalidade o apoio técnico-administrativo ao CNES, ao Comitê Permanente e aos Comitês Temáticos, fornecendo condições necessárias ao cumprimento de seus objetivos.

### **Conferência Nacional de Economia Solidária**

A Conferência Nacional é um espaço de discussão e diálogo com diversos setores da sociedade civil brasileira; contempla, entre as/os delegadas/os, um retrato da Economia Solidária, respeitando a sua diversidade.

Tenta definir frente aos governos, propostas para a Economia Solidária no país, além de ser um importante processo de formação política dos participantes, pelo aprofundamento do debate das grandes questões nacionais e locais da economia solidária.

A Conaes tem como objetivos, além de aprofundar o debate sobre essas questões, propor princípios e diretrizes para a elaboração de políticas públicas de Economia Solidária; identificar a situação atual e potencialidades da economia solidária no país em suas manifestações governamentais e não governamentais e suas principais dificuldades; identificar desafios, estratégias e prioridades de ação; visibilizar e fortalecer os empreendimentos e demais atores da economia solidária no cenário nacional; comprometer os governos municipais, estaduais e nacional com a economia solidária; definir parâmetros para o seu marco legal e políticas públicas requeridas; e reformular a composição do Conselho Nacional de Economia Solidária.

A I Conferência Nacional de Economia Solidária, foi realizada em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006, sendo convocada em conjunto pelos Ministérios do Trabalho e Emprego – MTE, do Desenvolvimento Agrário – MDA, e do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Representou um importante espaço de compreensão entre o governo e a sociedade civil para a afirmação da economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento.

A Conferência Nacional foi precedida por Conferências Estaduais em todas as Unidades da Federação, que elegeram delegados estaduais segundo critérios proporcionais estabelecidos na Portaria Interministerial de Convocação, representando três segmentos: empreendimentos econômicos solidários e suas entidades de representação (50% dos delegados), entidades e organizações da sociedade civil (25% dos delegados), e poder público (25% dos delegados). Além dos delegados estaduais, participaram da Conferência delegados nacionais (membros do Conselho Nacional de Economia Solidária e outros representantes indicados pela Comissão Organizadora Nacional). Ao todo, 1.073 delegados compareceram à Conferência Nacional.

Durante a Conferência, delegados (com direito a voz e voto) e convidados (com direito a voz), divididos em Grupos de Trabalho, debateram três eixos temáticos: (I) os fundamentos da ES e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo; (II) o balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas; e (III) os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social.

## **APÊNDICE B**

### **MODELOS DE QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DAS COOPERATIVAS LEITEIRAS DA REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE**

## QUESTIONÁRIO- COOPERATIVAS

- 1) Ramo de atuação: \_\_\_\_\_
- 2) Número de cooperados: \_\_\_\_\_
- 3) Ano de fundação: \_\_\_\_\_
- 4) Qual o principal motivo que levou à criação da cooperativa? \_\_\_\_\_
- 5) Tipos de produtos comercializados pela cooperativa? \_\_\_\_\_
- 6) Tipos de clientes que utilizam o serviço oferecido pela cooperativa. (Em um maior número)  
 Empresas públicas     Empresas privadas     Clientes particulares
- 7) O maior número de vendas é direcionado para vendas no atacado ou varejo? \_\_\_\_\_
- 8) A cooperativa utiliza mão-de-obra terceirizada?  
 Sim     Raramente     Frequentemente     Não
- 9) Se sim, que tipo de mão-de-obra utiliza? \_\_\_\_\_
- 10) Qual o preço médio pago pelas matérias-primas aos cooperados? \_\_\_\_\_
- 11) Desde a criação, a cooperativa apresentou alteração no número de cooperados? Qual o motivo? \_\_\_\_\_
- 12) Nos últimos 3 anos, a cooperativa apresentou interrupção em suas atividades?  Sim  Não
- 13) Se sim, qual foi o motivo e tempo de interrupção? \_\_\_\_\_
- 14) Qual a forma de administração da cooperativa?  
 Participativa     Centralizadora
- 15) Qual a média de ocupação de seus cooperados?  
 Até 20% de trabalhadores em atividade     Entre 41% e 60%  
 Entre 21% e 40% de trabalhadores em atividade     Entre 61% e 80%  
 Entre 81% e 99%     100% de ocupação
- 16) A cooperativa oferece curso de aperfeiçoamento a seus associados visando a melhoria do processo? (Se não, vá para a questão 19.     Sim     Não
- 17) Se sim, que tipo de cursos são oferecidos? \_\_\_\_\_
- 18) Para oferecer estes cursos a cooperativa recebe algum tipo de apoio ou incentivo do governo?  
 Não     Sim Quais? \_\_\_\_\_
- 19) A cooperativa oferece financiamentos de equipamentos para seus cooperados?  Sim  Não
- 20) Se sim, quais? \_\_\_\_\_
- 21) Como é feita a remuneração dos cooperados?(baseada na produção, adiantamento de lucros,etc) \_\_\_\_\_
- 22) Qual a forma de remuneração dos administradores ou gestores da cooperativa?  
 pró-labore     a mesma distribuição feita aos outros associado  
 Outros \_\_\_\_\_
- 23) Existe rotatividade nos cargos de gerência?  
 Frequentemente     Parcialmente     Raramente     Não ocorre
- 24) Como é feita a indicação para o cargo de gerente da cooperativa? \_\_\_\_\_
- 25) Em média, qual o ganho proporcionado ao associado pela cooperativa?  
 Até 1 salário mínimo     Entre 3 e 4 salários mínimos     Entre 1 e 2 salários mínimos  
 Acima de 4 salários mínimos

26) O cooperado possui renda fixa e contínua, ou durante alguns meses não recebe remuneração? Qual o motivo? \_\_\_\_\_

27) Como são tomadas as decisões?

Assembléia- todos os presentes têm direito a votos     Reunião com os interessados  
 Reunião com os cooperados através de um conselho     Sócios eleitos através de conselho

Diretoria e alguns sócios

Assembléias Gerais e extraordinárias

Conselho Administrativo

Presidentes e diretores

Outros

28) A cooperativa está preocupada com a qualidade de vida de seus cooperados?

Não     Sim

29) A cooperativa oferece algum tipo de benefício para os cooperados?  Sim     Não.  
 Por quê? \_\_\_\_\_

30) Se sim, quais?

Convênios com planos de saúde     Cesta básica

Seguro de vida     Equipamentos de segurança e treinamento para uso

Bom ambiente de trabalho     Cursos de capacitação     Outros: \_\_\_\_\_

31) Como classifica a relação de confiança entre os participantes da organização cooperativada?  baixo  médio  alto

32) Por Quê? \_\_\_\_\_

33) Como os cooperados vêem a cooperativa?

Como sua propriedade     Como uma atividade temporária

Como uma forma de desenvolver-se profissionalmente     Outros: \_\_\_\_\_

34) Quem são os principais clientes da cooperativa? \_\_\_\_\_

35) Em média, qual o valor de venda mensal dos produtos da cooperativa? \_\_\_\_\_

## QUESTIONÁRIO- COOPERADOS

- 1) Ramo principal de atuação do cooperado: \_\_\_\_\_
- 2) Cooperativa para qual envia sua produção: \_\_\_\_\_
- 3) Qual o principal motivo que o levou filiar-se à cooperativa? \_\_\_\_\_
- 4) Quantidade de leite enviado para a cooperativa mensalmente: \_\_\_\_\_
- 5) Qual o preço médio pago aos cooperados pelas cooperativas pelo leite produzido? \_\_\_\_\_
- 6) Tipos de produtos comercializados pela cooperativa? \_\_\_\_\_
- 7) Tipos de clientes que utilizam o serviço oferecido pela cooperativa (Em um maior número)  
 Empresas públicas     Empresas privadas     Clientes particulares
- 8) Você saberia dizer se a cooperativa utiliza mão-de-obra terceirizada?  
 Sim     Raramente     Frequentemente     Não
- 9) Se sim, que tipo de mão-de-obra utiliza? \_\_\_\_\_
- 10) Desde a criação, a cooperativa apresentou alteração no número de cooperados? Qual o motivo? \_\_\_\_\_
- 11) Nos últimos 3 anos a cooperativa apresentou interrupção em suas atividades?  
 Sim     Não
- 12) Se sim, qual foi o motivo e tempo de interrupção? \_\_\_\_\_
- 13) Qual a forma de administração da cooperativa?  Participativa     Centralizadora
- 14) Você costuma participar das reuniões para decisões pertinentes aos problemas da cooperativa?  Sim     Não    Por quê? \_\_\_\_\_
- 15) A cooperativa oferece curso de aperfeiçoamento a seus associados visando a melhoria do processo? (Se não, vá para a questão 19.     Sim     Não
- 16) Se sim, que tipo de cursos são oferecidos? \_\_\_\_\_
- 17) Para oferecer estes cursos a cooperativa recebe algum tipo de apoio ou incentivo do governo?  Não     Sim    Quais? \_\_\_\_\_
- 18) A cooperativa oferece financiamentos de equipamentos para seus cooperados?  
 Sim     Não
- 19) Se sim, quais? \_\_\_\_\_
- 20) Como é feita a remuneração dos cooperados? (baseada na produção, adiantamento de lucros, etc) \_\_\_\_\_
- 21) Qual a forma de remuneração dos administradores ou gestores da cooperativa?  
 pró-labore     a mesma distribuição feita aos outros associado     Outros \_\_\_\_\_
- 22) Existe rotatividade nos cargos de gerência?  
 Frequentemente     Parcialmente     Raramente     Não ocorre
- 23) Como é feita a indicação para o cargo de gerente da cooperativa? \_\_\_\_\_
- 24) Como são tomadas as decisões?  
 Assembléia- todos os presentes têm direito a votos     Reunião com os interessados  
 Reunião com os cooperados através de um conselho     Presidentes e diretores  
 Sócios eleitos através de conselho     Diretoria e alguns sócios  
 Assembléias Gerais e extraordinárias     Outros  
 Conselho Administrativo
- 25) A cooperativa está preocupada com a qualidade de vida de seus cooperados?  
 Não     Sim
- 26) A cooperativa oferece algum tipo de benefício para os cooperados?  Sim     Não.  
 Por quê? \_\_\_\_\_
- 27) Se sim, quais?  
 Convênios com planos de saúde     Cesta básica  
 Seguro de vida     Equipamentos de segurança e treinamento para uso  
 Bom ambiente de trabalho     Cursos de capacitação     Outros: \_\_\_\_\_
- 28) Como classifica a relação de confiança entre os participantes da organização cooperativada?  baixo     médio     alto
- 29) Por quê? \_\_\_\_\_
- 30) Como os cooperados vêem a cooperativa?  
 Como sua propriedade     Como uma atividade temporária  
 Como uma forma de desenvolver-se profissionalmente     Outros: \_\_\_\_\_
- 31) Quem são os principais clientes da cooperativa? \_\_\_\_\_
- 32) Reclamações ou sugestões para as cooperativas: \_\_\_\_\_

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)